



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de professores

Departamento de Educação

Vania Lucia das Graças Silveira

**Em defesa da Educação Infantil: as lutas da Creche Escola Comunitária do  
Bairro Antonina pelo direito à Educação**

São Gonçalo  
2009

Vania Lucia das Graças Silveira

**Em defesa da Educação Infantil: as lutas da Creche Escola Comunitária do  
Bairro Antonina pelo direito à Educação**

Monografia apresentada, como requisito parcial para obtenção da graduação em Pedagogia: Licenciatura plena, ao Departamento de Educação, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Maria Tereza Goudard Tavares

São Gonçalo  
2009

Vania Lucia das Graças Silveira

**Em defesa da Educação Infantil: as lutas da Creche Escola Comunitária do  
Bairro Antonina pelo direito à Educação**

Monografia apresentada, como requisito parcial para obtenção da graduação em Pedagogia: Licenciatura plena, ao Departamento de Educação, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Maria Tereza Goudard Tavares (orientadora)  
Departamento de Educação da FFP/UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mairce da Silva Araujo  
Departamento de Educação da FFP/UERJ

São Gonçalo  
2009

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Jacyra e Mario, pelo apoio incondicional por ter sempre respeitado as minhas escolhas. Ao meu irmão Carlos Henrique que sempre me ajudou sendo o meu grande amigo e verdadeiro companheiro.

Á minha avó Úrsula (in memoriam), pelo seu amor e carinho.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aquele que me ajuda a viver e a continuar lutando pelos meus sonhos que é Jesus Cristo e a Virgem Santíssima.

À Creche Escola Comunitária pelo apoio para a realização da pesquisa.

Aos professores da Creche, que foram bastante pacientes e nos ajudou com as crianças.

À professora Maria Tereza Goudard, pela oportunidade de participar da sua pesquisa voluntariamente na Unidade Municipal Arca de Noé, pelas aulas e o seu comprometimento com a educação da Infância como professora-pesquisadora, pois com o seu exemplo e dedicação acreditamos que podemos fazer a diferença. Obrigada pelos incentivos minha orientadora e mestra.

À professora Mairce Araújo, pela convivência no Núcleo de pesquisa e Extensão Vozes da educação do qual fui bolsista.

À professora Inês Bragança, pelo companheirismo nas reuniões do núcleo de pesquisa.

À professora Sonia Câmara, que me mostrou durante as aulas de pesquisa que é possível construir amizades e estar alegre quando estiver buscando o problema de investigação.

Às minhas colegas de turma, em especial às parceiras bolsistas, Renata Kelly, Bruna Fabricante, Erika Albernoz, Paula Fernanda, Juliana, Rodrigo, Danielle Silva, pelos momentos de reflexão, apoio e de “socorro”.

Às minhas companheiras e cúmplices de trabalho, Claudia Regina, Danielle Rangel e Rosilene Lima, pelos momentos alegres, tristes e de concentração.

A todos que me ajudaram a seguir em frente nesta pesquisa para não desistir.

Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita.

Paulo Freire.

## RESUMO

O presente texto monográfico é fruto de algumas reflexões sobre a Educação Infantil, tendo como foco as lutas da Creche Escola Comunitária do Bairro Antonina pelo direito à Educação da infância no município de São Gonçalo. Com o objetivo de fortalecer o pensamento em defesa da educação infantil, problematizando os desafios que passam as instituições comunitárias destinadas ao atendimento à infância na questão da constituição do seu trabalho pedagógico. Logo, *compreender conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais* (RCN, 1998). A construção da cidadania, com a certeza de que cada criança deve ser compreendida como *sujeito social, pessoa, gente, cidadã* (KRAMER, 2006) consiste um compromisso de todos não somente dos órgãos competentes. Assim, a procura de um mundo mais digno para nossas crianças, assumimos o desafio de interagir com os sujeitos da história e da cultura, que são as crianças gonçalenses, na intenção de ampliar as suas vozes, bem como possibilitar a ampliação de seus sonhos e desejos na escola de Educação infantil.

Palavras chaves: História Oral - Infância – Educação Infantil – Creches Comunitárias em São Gonçalo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I: DIRECIONANDO O OLHAR: O LOCAL COMO PONTO DE PARTIDA</b> .....	<b>13</b>
<b>1.1-Um breve histórico da cidade de São Gonçalo</b> .....	<b>15</b>
<b>1.2- Escavando a história: a história oral como ferramenta de investigação</b> ---	<b>20</b>
<u>1.2.1-A história oral como eixo norteador</u> .....	21
<u>1.2.2-O que é história oral?</u> .....	22
<u>1.2.3-O “vai e fica”: o bairro chamado Antonina pelas vozes de seus moradores</u> ----	23
<b>CAPÍTULO II: INFÂNCIA, CRECHE E EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS REFLEXÕES</b> .....	<b>30</b>
<b>2.1-A infância como construção social</b> .....	<b>31</b>
<b>2.2-As primeiras instituições infantis: a difusão das creches e dos Jardins de infância</b> .....	<b>35</b>
<b>2.3- A educação infantil como direito da infância</b> .....	<b>40</b>
<b>2.4- A educação infantil em São Gonçalo</b> .....	<b>43</b>
<u>2.4.1 – O Plano Municipal de educação de São Gonçalo e as creches comunitárias: desafios da educação infantil</u> .....	45
<b>CAPITULO III: UMA HISTORIA PARA CONTAR: AS LUTAS DA CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA DO BAIRRO ANTONINA</b> .....	<b>53</b>
<b>3.1- O projeto social criar</b> .....	<b>54</b>
<b>3.2-Conhecendo a escola e seus sujeitos escolares</b> .....	<b>56</b>
<u>3.2.1- Os professores: o que pensam?</u> .....	57
<u>3.2.2- Entrevistando as crianças: O que elas pensam?</u> .....	61
<b>3.3-Novas discussões: a luta continua...</b> .....	<b>63</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>71</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

A presente monografia é fruto das nossas reflexões sobre a temática Educação Infantil, tendo como foco as lutas da Creche Escola Comunitária do Bairro Antonina pelo direito à Educação da infância no município de São Gonçalo.

Compreendemos que a educação infantil consiste uma grande conquista dentro da educação brasileira, reafirmando o direito das crianças de zero a cinco anos de idade no âmbito da lei à creche e à pré-escolas publicas.

Nesse sentido, a educação voltada para os pequenos representa um direito adquirido assegurado por lei e conquistado por meio de lutas sociais pela democratização do ensino brasileiro.

No entanto, podemos nos depararmos com a situação que ainda hoje o acesso a educação infantil se encontra negado onde o atendimento a infância numa perspectiva voltada para o sujeito de direitos, cidadã para alguns órgãos educacionais significa uma proposta distante, difícil de ser alcançada.

Desse modo, podemos notar que em algumas instituições o atendimento a criança assume muitas vezes uma função de caráter majoritadamente, assistencialista ou compensatória:

significando uma política para pré-escola em que era apontada como solução para os problemas da escola elementar nos fatores médicos, assistenciais, psicológicos, culturais e educacionais, no atendimento a miséria, a pobreza e a negligência da família (KRAMER, 2001, p.29).

No município de São Gonçalo, onde ocorreu esta pesquisa, a realidade da educação infantil se encontra num ambiente muito conflituoso, pois a cidade convive com o crescimento de escolas do setor privado e com poucas instituições publicas que possam atender a demanda de crianças de zero a cinco anos das classes populares.

Não cabe aqui julgarmos a rede privada, mais sim refletirmos sob, porque precisamos ir à defesa da educação infantil publica, de qualidade com o compromisso da formação do sujeito reflexivo e critico, implicando a sua transformação social política e histórica.

É preciso que busquemos compreender algumas questões, principalmente sociais para podermos entender um pouco mais o nosso eixo de investigação. No

entanto, no decorrer da pesquisa algumas reflexões vão surgindo, se tornando significativas para todos nós, educadores pesquisadores.

Assim, a motivação para a produção desta monografia sobre a Educação infantil, direcionando a pesquisa para as questões da Creche Escola Comunitária em São Gonçalo, surgiu a principio do meu interesse em torno da história das creches, além das reflexões feitas em sala com a turma no caminhar do curso de pedagogia sobre as concepções de infância e a aprendizagem construída a partir da experiência formada como bolsista voluntária na pesquisa *“A infância e a cidade: um estudo sobre alfabetização patrimonial e a formação de professores da infância em São Gonçalo”* da professora Maria Tereza Tavares, com o

objetivo de articular ensino/pesquisa/extensão numa investigação-formação, buscando analisar e compreender praticas educativas que projetem na escola de Educação Infantil como lócus de discussão e socialização da cidade gonçalense, tendo o espaço escolar como um espaço de discussão de direito e de alfabetização patrimonial (Tavares, 2008).

Historicamente, o sentimento de infância não existia perante a sociedade. Aquele cuidado, a importância da sua particularidade ainda não era vivida no âmbito familiar e social. Com as transformações políticas sociais, iniciaram-se novos pensamentos sobre a infância que afetaram o campo educacional e o seu convívio na família.

Constrói-se o valor pela criança e a preocupação com o seu bem-estar em todos os aspectos: o educacional, o psicológico, o moral, o social, etc.

Nesse sentido, a dialogar com alguns autores: ROSEMBERG, ARIÈS, KUNHMANN e outros, que discutem infância e educação infantil, me questionei sobre algumas significações em torno das creches como: Porque as creches são consideradas um depósito de crianças? Porque é substituta das mães? Porque não pensar que nestes espaços se constrói conhecimentos e que elas representam um resultado de lutas e de conquistas?

Descobrimos que certas instituições foram criadas por meio das lutas dos movimentos sociais principalmente as creches chamadas de comunitárias que nos façam acreditar no poder que tem o povo em defender e de lutar pelos seus direitos.

Mesmo sendo criadas a partir do contexto da liberação da mulher para o mercado de trabalho, as creches hoje são mais do que um lugar de guarda e de

cuidados, elas representam vida, pois propicia desenvolvimento integral da criança, considerando elas um ser histórico-social.

Muitas dessas creches, sobretudo as comunitárias significam a única alternativa de famílias da classe popular, pois constitui a instituição que se dedica integralmente aos seus filhos dando-lhes assistência, mas também oferecendo estrutura educacional com propostas pedagógicas que trabalham a realidade dessas crianças, respeitando o seu ambiente de convívio e familiar.

A partir desses pensamentos torna-se necessário para obtenção da construção desta pesquisa estar presente no campo da escola, considerando-a parceira na tessitura desta monografia.

Desse modo, ao conviver durante um ano e três meses na Creche escola Comunitária do bairro Antonina, no qual onde moro, percebemos que a nosso ver, a escola constitui mesmo um ambiente rico de sentidos. Com este propósito, a proposta deste trabalho visa construir o pensamento em defesa da educação infantil discutindo o espaço escolar da creche escola comunitária localizada no bairro Antonina e as suas lutas pelo direito a educação em São Gonçalo.

Nesse contexto, a presente monografia tem como objetivo elaborar algumas reflexões sobre a educação infantil expondo e problematizando as lutas da Creche Escola Comunitária do Bairro Antonina pelo o direito a educação. Como também, conhecer o local onde se realiza esta pesquisa, definindo-o como campo de investigação.

Além disso, refletir sobre a infância, a educação infantil e as creches, buscando indagar sobre as creches comunitárias e compartilhar as nossas observações no campo da escola, compreendendo os sujeitos escolares, os seus desejos, as suas perspectivas, e as suas lutas pelo direito a educação de qualidade.

Optamos desenvolver uma metodologia qualitativa baseada na observação participante, permeando o movimento de ação- reflexão-ação, fazendo com que construísse uma relação cúmplice entre os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Assim, os capítulos possuem questões que desenvolve a partir de discussões reflexivas contendo a interação entre as crianças e com os sujeitos do campo escolar e local.

No entanto, sabemos que o conhecimento é construído, pois não podemos considerá-las verdades absolutas. Assim sendo, esta monografia se constitui em três capítulos:

No primeiro capítulo, direcionando o olhar, tomando o local como ponto de partida e campo de investigação. A finalidade é buscar o local como um lugar de memória, de luta e de experiências trazendo as vozes dos sujeitos, os moradores por meio da história oral, e as falas das crianças sobre o bairro, apresentando brevemente a história da cidade de São Gonçalo e a realidade do bairro Antonina e sua História.

No segundo capítulo, apresentamos algumas reflexões sobre as temáticas: Infância, Educação infantil e Creche, discutindo a infância como construção social, abordando as primeiras instituições destinadas a educação infantil e a educação voltada para infância no município de São Gonçalo.

Na tentativa de partilhar as nossas observações dentro do campo da escola, no terceiro capítulo proporcionamos em contar a história da Creche Escola Comunitária do Bairro Antonina, a nossa parceira desta pesquisa. Através de algumas questões elaboradas para as professoras por meio de questionário e realização de entrevistas com as crianças para saber o que elas pensam sobre a escola.

Acreditamos que todas as discussões que expomos são relevantes para nós educadores. E pensamos que o processo do conhecimento se dar/dá quando interagimos com os sujeitos e no compartilhar experiências, dessa maneira conseguimos socializar o saber construído.

## CAPÍTULO I

### DIRECIONANDO O OLHAR: O LOCAL COMO PONTO DE PARTIDA

Tomar o local como ponto de partida nos motiva a buscarmos nesta localidade as *memórias dos de baixo, dos sem histórias, dos ninguéns*.<sup>1</sup>

Ao definir o meu campo de investigação observei que *a priori* toda pesquisa que se realiza está inserida dentro de um contexto social complexo, constituindo-se como um grande desafio para o pesquisador, especialmente, para aquele/aquelas que estão iniciando a sua trajetória de professora-pesquisadora, como é o nosso caso.

No contexto marcado pelas contradições sociais, de desigualdades e de exclusão, o lugar é considerado como espaço desconhecido aonde as pessoas não se sentem de modo que, pertencentes ao local onde se mora, e que convivem com os outros.

Desta forma, o local vem se tornando para nós, professores, um grande desafio que quase ninguém se interessa em conhecer o outro, estar com outro, de querer relacionar com o diferente.

A perspectiva é investigar a cidade de forma que caracterize como um campo de experiências, de construção/desconstrução do conhecimento. É pensar que todo saber construído se conectam com os sujeitos inseridos neste espaço que não são neutros, mas sim uma terra fértil de problematização.

É enxergar o local como espaço de luta constante onde as crianças têm o direito à cidade, o bairro, do ir e vir. A cidade como lugar de memória, de experiências socializadas, narradas por sujeitos - fios condutores para o funcionamento da sociedade.

Ao "*regular a conduta diária*" (Escolano, 2001), as aprendizagens da troca, das percepções locais, as experiências coletivas se encontram silenciadas, tornando um mecanismo de manipulação nas mãos dos que dizem controlar a cidade.

---

<sup>1</sup> Trabalhamos nesta monografia com o conceito "dos de baixo", a partir da leitura do livro *Memórias e Patrimônios: experiências em Formação de Professores*. Carmen Lucia Vidal Perez, Maria Tereza Goudart Tavares, Mairce da Silva Araujo – RJ: EdUERJ, 2009

Ampliar este pensamento consiste assumir um grande compromisso – acrescenta esta professora em formação – para a tessitura do conhecimento da luta pelo direito à educação e (re) significação do local como campo de saberes.

Assim, *Pesquisar é uma aventura e os resultados de pesquisa são parciais e provisórios* (Vorraber, 2002, p.151). Desse modo, direcionar o olhar para cidade de São Gonçalo, significa buscar o meu tema de pesquisa na sua dimensão social, cultural, política e histórica. Nesse sentido, não se fechando a um único ponto sendo atentas às questões que o rodeiam, as leituras de mundo que conectam com aquilo que se deseja investigar.

Aprendendo a olhar o local como o *mundo vivido* (Lefebvre, 1991) com a sua particularidade nos permite pensarmos em sua história e a sua realidade social. Por que o local? Porque é nele, nas suas marcas e rugosidades é que tentarei encontrar algumas pistas para desenvolver o tema proposto neste trabalho.

A cidade é um dos lugares que se falam por si só. Nela soam a todo instante pelas ruas, as vozes da escola, dos hospitais, das crianças, dos pais, dos trabalhadores, dos desempregados, etc., as várias vozes, que muitas vezes são gritos de socorro com o intuito de chamar atenção, buscando o direito de ser ouvido:

Praças, monumentos, igrejas, escolas, músicos, sabores, festas, “causos” e histórias populares, entre outros, podem constituir-se em “lugares de memória”, espelhos que simbolicamente refletem as diferentes formas de ser e estar no mundo de uma população local (Pérez, Tavares, Araújo, 2009, p.23).

A cidade gonçalense não fica fora dessa reflexão. Pensar o local, a cidade nos dá licença para refletir sobre as relações que acontecem dentro da escola e fora dela e nas relações dos sujeitos e instituições que fazem parte do contexto histórico de São Gonçalo.

A história local possibilita um encontro ou reencontro com o processo histórico cultural da cidade. Mesmo no seu vai e vêm acelerados urbanísticos, os indivíduos estão construindo e escrevendo histórias por meio da oralidade, das histórias de vida, no desabrochar das suas memórias.

A pesquisa em destaque busca situar a questão da Educação Infantil dentro da cidade de São Gonçalo, em especial, a realidade local de um bairro específico: o bairro Antonina.

O meu trabalho monográfico se consistiu em compreender um movimento da Educação oferecida às crianças desta localidade como uma forma de discussão e análise da cidade gonçalense.

São Gonçalo para mim representa uma cidade de altos e baixos nas questões em relação à Educação Infantil. Não tenho a compreensão específica das outras cidades, das suas estruturas educacionais, políticas e sociais, pois a pretensão desse trabalho é a cidade de São Gonçalo, refletindo por meio do *olhar – pensante* a cidade que ainda deixa muito a indesejar sobre a temática do direito da infância. Como por exemplo, as creches, um assunto que continua em discussão, problematizador que merece uma melhor atenção por parte das autoridades responsáveis e uma política pública transformadora.

Tomar o local como ponto de partida - como foi dito - representa um eixo de formação, enxergando-a como *zona proximal do conhecimento a ser explorado* (Weffort, 1992).

Creio também que o local é um grande espaço questionador e que consiste um forte campo de problemas epistêmicos e políticos.

É neste espaço, a cidade gonçalense que assumo o compromisso de desenvolver num movimento de ação-reflexão-ação o objeto de pesquisa: Em Defesa da Educação Infantil: as lutas da creche escola comunitária do Bairro Antonina no Município de São Gonçalo pelo Direito à Educação.

### **1.1- Um breve histórico da Cidade de São Gonçalo**

Ao decidir o local como espaço de nossas investigações, venho compreendendo que o seu processo social, significa também conhecer a construção histórica, o seu tempo e espaço dentro da história brasileira.

A cidade de São Gonçalo passou por diversas transformações ao longo da história que foram dando fisionomia ao município, pois (...) *São Gonçalo é considerada sem patrimônio, cidade-dormitório cuja história e memória de sua formação social permanece silenciadas para a maioria de seus moradores* (Pérez, 2009, p.14).

É necessário desconstruir este pensamento, pois, a cidade sem memória não reconhece os seus sujeitos, os lugares, as suas conquistas como patrimônio local, ou seja, as suas reconstruções identitária.

Nesse sentido, para podermos adentrar em qualquer local, nada melhor do que conhecê-la por meio do seu processo de construção histórico-social da cidade.

Na elaboração do breve histórico recorro ao livro de Maria Nelma Carvalho Braga (2006) e o relatório de final de pesquisa “Os pequenos e a cidade: A centralidade da cidade de São Gonçalo na alfabetização das crianças das classes populares” da professora Maria Tereza Goudart Tavares que conta e retratada parte da história da cidade gonçalense.

Com base nos materiais citados, a história de São Gonçalo entrelaça com a descoberta da Baía de Guanabara pelos portugueses, situada nas bandas d’Alem, são Gonçalo corresponde à margem do lado oriental da baía da Guanabara sendo habitada no século XVI pelos índios tamoios.

O território colonizado pelos portugueses na exploração do pau-brasil e pelos franceses na busca de riqueza fez com que São Gonçalo torna-se uma terra dominada. No entanto, a história de são Gonçalo começou mesmo a ser construída nas mãos do fidalgo Gonçalo Gonçalves de Amarante, natural da cidade de Minho (Portugal), e habitante da cidade do Rio de Janeiro.

Gonçalo Gonçalves recebeu uma doação de uma sesmaria do lado oriental da baía de Guanabara denominada Birapitanga. Assim como os outros sesmeiros, tinha a responsabilidade de cuidar e cultivar a terra. Desta forma, construiu uma capela para a propagação da fé católica, como parti da sua obrigação com a corte portuguesa e seus interesses colonizadores.

Com a construção da capela dedicada ao seu santo português de devoção, São Gonçalo D’Amarante, inicia assim, o povoamento da cidade. A capela se torna um grande referencial na localidade, como é até hoje.

Em 1644, a capela erguida passa a ser paróquia nesse momento confirmada por alvará em 1647 e São Gonçalo elevada a condição de freguesia.

Como freguesia são Gonçalo não caracterizava uma localidade independente, pois era pertencente à vila real da praia grande que mais tarde passa a ser em 1835, denominada Niterói.

De sesmaria a freguesia, São Gonçalo inicia os seus primeiros passos para o desenvolvimento econômico, principalmente nos produtos agrícolas. Por muito tempo integrante de vila real contribuiu no crescimento de Niterói e Rio de Janeiro

com a exportação por meio marítimo dos produtos agrícolas e mais tarde com o café transportado nas primeiras ferrovias.

O desmembramento só ocorreu em 1892, elevando-se a categoria de município. Após longos processos políticos econômicos São Gonçalo lutava pelo seu desenvolvimento econômico e social.

Por ter uma localização geográfica privilegiada as margens da baía de Guanabara, houve um aumento considerável na produtividade devido à localidade ser de fácil acesso, contribuindo para circulação dos produtos.

O fato de contar com muitos portos em sua orla (cerca de 14), possibilitava aos fazendeiros locais a escoagem e a circulação de mercadorias, o que tornou São Gonçalo do Amarante, durante quase todo o século XIX, o principal mercado abastecedor de produtos hortifrutíferos para as cidades de Niterói e Rio de Janeiro (Tavares, 2002,p.22).

A parte econômica se expandiu então, surgindo ao mesmo tempo o crescimento populacional acelerado no local. A maior parte comercial hoje em São Gonçalo se concentra no centro do município, em torno da Igreja Matriz e da Prefeitura gonçalense.

Com o desenvolvimento comercial e político, a cidade deu um salto tanto para o crescimento econômico como também político. Mais tudo que cresce rápido tem conseqüências. Devido ao processo acelerado, principalmente populacional a cidade vem sofrendo na base de infraestrutura.

Alguns portos fecharam por não conseguir acompanhar o progresso e nem a competitividade das empresas tendo só algumas com atividade pesqueira.

Na década de 40, foi grande a expansão industrial em São Gonçalo, denominando de “Manchester Fluminense”, a mais importante do estado do Rio de Janeiro. *A cidade em matéria industrial teve 70 fábricas no campo metalúrgico, em materiais não-metálicos como o cimento, cerâmica, e outros, químico, farmacêutico, papelão, papel e produtos alimentícios* (Braga, 2008, p.156)

Hoje muitas fábricas faliram e/ou foram extintas, essencialmente às fábricas que se encontravam no bairro de Neves, que por causa da sua localização era uma parte estratégica próxima às cidades de Niterói e Rio de Janeiro.

Quando passamos neste bairro, observamos que a paisagem é constituída por muitos lugares fechados e abandonados. Alguns lugares comerciais ainda tentam sobreviver com muita precariedade no local.

São Gonçalo mesmo tendo um crescimento razoável em seu comércio e algumas indústrias, ela não consegue conter a *mão de obra local que assim recorre às cidades de Niterói e Rio de Janeiro* (Braga, p.162). Assim confirma Tavares (2002) que:

(...). A *questão urbana* (Castells, 1933) no município é caótica, a pobreza e a miserabilidade crescente das áreas periféricas dificultam o processo de urbanização da cidade. O fato de ter se tornado nas últimas duas décadas, uma cidade-dormitório, (à medida que, com a desindustrialização da cidade, boa parte da população busca a inserção no mercado de trabalho de Niterói e do Rio de Janeiro), parece ter contribuído para ampliar o abandono e desenvolvimento da/na cidade.

A urbanização da cidade consiste uma questão muito séria. Os problemas da cidade são muitos grandes como na questão no atendimento de saúde, de transporte que cada vez mais dão dor de cabeça ao usuário, na segurança, a falta de pavimentação, o ir e vir ficou cada vez mais difícil com a ocupação de camelos na calçada, a educação que agoniza no município, entre outros.

Através da história percebemos que São Gonçalo se caracteriza como local de muitas lutas. Por mais que haja dificuldades o povo gonçalense na sua pluralidade constitui uma parte essencial do município.

Entrelaçando este contexto de muitos significados é importante salientar que este local de espaços narrativos e de produção do conhecimento possui um extenso marco histórico que se faz presente em seus monumentos, praças, igrejas, ruas, etc. que não são muitos valorizados.

Por isso, a idéia da luta como afirma Alvarenga (2009):

ao direito à memória como um direito de cidadania, que exerça função social das mais importantes ao infundir significados às lutas como patrimônio dos movimentos sociais; que compreende a formação de professores na apropriação da história e na construção desse patrimônio (p.46).

Levando em consideração os indícios mais abrangentes, São Gonçalo hoje é o 3º município com 91 bairros e sub-bairros, com cinco distritos: São Gonçalo (sede), Ipiíba (2º distrito), Monjolos (3º distrito), Neves (4º distrito) e Sete Pontes (5º distrito) bastante populosas numa área de 251,3 km<sup>2</sup> e com 891.119 habitantes (censo 2000-IBGE), em 2005, estimada 960.841 habitantes.

Representa uma cidade que tem muito a valorizar, mas também muito a recuperar.

Buscar a história de uma cidade e contextualizá-la não significa um trabalho tão fácil, pois permite um olhar mais abrangente do local, dos indivíduos que ali se encontram, reconhecendo-os como parte da memória da cidade gonçalense.

É preciso despertar no povo gonçalesse o amor por São Gonçalo e que eles possam sentir orgulho de fazer parte dela. Como entoava o seu hino<sup>2</sup>

*(...) namorada de nós os gonçalenses  
cidade que cresce dia-a-dia  
monumento eternal  
sol de alegria  
orgulho bem maior dos fluminenses...*

A estrofe destacada representa simbolicamente o município, exprimindo as lutas, as suas conquistas que são características da cidade gonçalense. Nas entrelinhas deste canto podemos perceber a sua trajetória histórica, do seu povo e o seu crescimento.

Que essa estrofe em destaque nesta monografia possa ainda estar fazendo sentido para a população de São Gonçalo. Onde ela seja “enamorada” dos gonçalenses, a obra mais criativa e brilhante e o orgulho para o seu povo fluminense.

## **1.2- Escavando a História: a história oral como ferramenta de investigação**

A trajetória histórico-cultural do município de São Gonçalo é compreendida como sendo formada por processo de muitas lutas, de conquistas e também perdas da cidade.

*Por ter vivido um ritmo febril de metropolização* (Tavares,2002,p.27), São Gonçalo desde do seu colonialismo é um local privilegiado e cobiçado pelas altas empresas que faz com que mude a cara da cidade como por exemplo a vinda do pólo petroquímico na localidade.

---

<sup>2</sup> Música maestro Jayolino dos Santos e letra do professor e poeta Geraldo Pereira Lemos

Se por um lado acontece o crescimento que parece ser “positivo”, em benefício a cidade, por outro lado as condições físicas dela retratam um lugar que precisa de socorro e de atenção.

São os crescimentos de casas irregulares, transportes precários, comércios de situação imprópria, colégios sendo derrubado para dar lugar à tecnologia como aconteceu com o Colégio Municipal Luiz Gonzaga<sup>3</sup> transferido para o antigo prédio da SANDU com característica de total precariedade, e outros fatos que vão fazendo a cidade de São Gonçalo perder a sua fisionomia, a sua história. Hoje podemos indagar que/se o gonçalense não vai à defesa da sua história.

Nesse sentido, como mudar esta situação de morbidez dos gonçalenses? É uma pergunta que precisamos despertar em cada um de nós que fazemos parte desta cidade.

Desse modo, além de propor esta questão, por que não começar a mudança por aqueles que ajudaram a construir e contribuíram para o progresso de São Gonçalo, que são os bairros gonçalenses? Repensar a história da cidade significa então escavar e reconhecer que esta história não foi delineada sozinha.

Os bairros que a partir do século XX, surgiram por meio dos loteamentos das terras que ao serem delineadas e divididas, iniciaram o seu povoamento e também a construção de suas histórias que possuem uma trajetória particular que merecem ser preservadas. No entanto, muitas dessas histórias estão se perdendo e com isso se perde também uma parte de São Gonçalo. Não há importância pelos bairros como sendo um espaço de narração e produção de conhecimento.

Como a minha pesquisa se encontra dentro de um bairro, porque não escavar sua história? Surgiu então o interesse de investigar a história do bairro Antonina.

Mais para isso acontecer a princípio não foi nada fácil, pois não existe uma produção escrita sobre ele.

Nesse sentido, o caminho investigativo foi percorrido por meio da história oral, entendendo-a como ferramenta metodológica de pesquisa para construção da história do bairro Antonina do município de São Gonçalo.

---

<sup>3</sup> O prédio do colégio foi demolido para dar lugar ao centro de Inteligência de Capacitação de pessoal para trabalharem no COMPERJ (Complexo petroquímico do estado do Rio de Janeiro) da Petrobras. Hoje a escola ainda espera o novo prédio que esta em construção no bairro de São Miguel.

### 1.2.1 – A História Oral como eixo norteador

Tomando a história oral como eixo norteador, possibilitou-nos (re) criarmos a prática da pesquisa ao considerarmos a história local como campo de investigação e de conhecimentos.

Entendemos que a história local é constituída das narrativas do cotidiano das pessoas, das suas maneiras de verem, das relações sociais e das dimensões sociais que para nós professoras – pesquisadoras consistem no contexto amplo da realidade social-cultural – política da nossa sociedade.

Nessa perspectiva, a pesquisa procura articular os conhecimentos guardados na memória dos sujeitos da comunidade com a própria construção da história local.

Dessa forma, a história oral nos proporciona ir em busca dos saberes não-documentados, interceptando as expressões espontâneas, as falas cotidianas e a história viva, ou seja, *a história se torna mais democrática* (Thompson, 1992, p.28).

Por meio da história oral, os depoimentos através das entrevistas ofereceram valiosas informações que contribuíram para construção desta pesquisa.

Quanto a isto, Thompson (1992) afirma que a entrevista:

Implica uma ruptura da fronteira entre a instituição educacional e o mundo, e entre o profissional e público comum. Pois o historiador vem para a entrevista para aprender: sentar-se ao pé de outros que, por proverem de uma classe social diferente, ou por serem menos instruídos, ou mais velhos, sabem mais a respeito de alguma coisa (p.32-33).

Deste modo, assumimos nesta pesquisa monográfica uma narrativa viva por meio de experiências compartilhadas pelas vozes das crianças e dos moradores locais de um dos bairros de São Gonçalo.

### 1.2.2- O que é história oral?

Segundo Thompson (1992), a história oral:

é uma história construída em torno das pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida pelo povo. Estimulam professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Procura trazer a história para dentro da comunidade, extraindo a história de dentro dela (p.44).

Dialogando com Thompson, aprendendo que a história oral nos proporciona uma perspectiva voltada para os saberes que não se encontram documentadas, ou seja, ditos oficiais. São as pessoas as principais protagonistas na construção da história.

A história oral constrói ao redor dos sujeitos pertencentes a uma determinada localidade com a sua particularidade em especial as suas experiências. *Ela pode oferecer um sentimento de pertença a determinado lugar e a determinada época, contribuindo para formar seres humanos mais completos* (Thompson, 1992, p.44).

A história oral consiste em uma metodologia de investigação que valoriza a memória individual e que por meio das entrevistas busca informações sobre algum fato ou acontecimento passado produzindo dados através dos relatos orais.

Nesse sentido, a história oral como ferramenta de investigação nos possibilita a desenvolver *um trabalho voltado para a palavra do outro, registrada e gravada, que dá origem ao documento que constitui fonte de pesquisa: o documento oral*<sup>4</sup>. *Consiste numa fonte viva, inacabada e parcial*<sup>5</sup> (Araújo, Perez, Tavares, 2007, p. ).

As histórias orais propiciaram ouvir “a voz das pessoas do povo” (Thompson, 1992), que muitas vezes são mutiladas e não reconhecidas.

Nas fontes orais podemos encontrar histórias de vida, relatos de alguns fatos, registros e depoimentos que fazem parte da vida do ser humano ou de uma comunidade.

A história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras (...), pode devolver as pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (Thompson, 1992, p.22).

Dessa forma, a história que constrói é também por meio da tessitura das lembranças, das palavras, dos sentimentos, das trajetórias pessoais dos sujeitos entrevistados. Torna-se uma relação cúmplice entre o entrevistado e o pesquisador no compromisso político social com a história local. Como diz Paulo Freire (2006), a leitura de mundo precede, acompanha e amplia a leitura da palavra, transformando-se em palavramundo.

---

<sup>4</sup> Caderno da professora alfabetizadora, p.33.

<sup>5</sup> Idem

Assim, em nossa monografia defendemos que as histórias dos bairros gonçalenses possam ser transformadas em palavrando podendo percorrer a cidade de São Gonçalo

### 1.2.3 – O “vai e fica”: o bairro chamado Antonina pelas vozes de seus moradores

A busca pela história do bairro através dos seus próprios sujeitos históricos nos remete a valorização do local e o estabelecimento das relações de pertencimento.

Como diz Park (2000), o bairro marca a vida e a história do sujeito. Ele representa um modelo de apropriação espacial.

Ele, o bairro, não restringe somente a um pedaço de terra cedida ou comprada, vai além do que isso se constitui de pessoas cada um com a sua marca histórica, de experiências de vida que fazem parte da construção da história local que não apaga.

Como foi dito, o interesse pela história do bairro, é devido o local apresentar o meu foco de pesquisa. A história dele escrita neste trabalho parte dos relatos orais de dois moradores entrevistados, tendo também como aliados as vozes das crianças da creche escola.

O curioso foi saber por meio de um dos residentes do bairro que ninguém o procurou para perguntar algo sobre o lugar. Desse modo, fica *a priori* evidente a falta do interesse de alguns (não vou aqui generalizar) pela história do seu próprio bairro, de conhecer o lugar onde mora. A oportunidade de dizer alguma coisa sobre ele fez com que esses moradores e também as crianças sentirem as pessoas mais importantes naquele momento. E não deixam de ser!

Assim por não ter uma história documentada, ou melhor, registrada escritamente, o caminho pensado foi por meio das “vozes” recolhidas e das lembranças captadas.

São crianças, velhos, senhores, senhoras, comerciantes, trabalhadores, jovens, estudantes, animais, ambulantes, etc; que fazem presença todos os dias no bairro, ou seja, *é o lugar de uma aprendizagem social decisiva que, da mesma forma que a vida familiar, escolar ou profissional, introduz, de maneira particularmente poderosa, a aprendizagem da vida cotidiana* (Mayol, 2000, p.44):

Meu nome é Ana Alice, tenho 79 anos e moro aqui na travessa Avenida Abaeté. Moro aqui 52 anos. Fui costureira, agora não sou mais. Tenho cinco filhos. Meu filho que comprou este lote quando loteou. (Dona Cicina, moradora do bairro).

Nessa fala inicial de Dona Cicina<sup>6</sup> expressa que, quando as terras começaram a serem loteadas e vendidas foi iniciado o processo de povoação do local dando início também mesmo de forma precária o procedimento de infraestrutura, como diz Escolano (2001), a ocupação do espaço, sua utilização, supõe sua constituição como lugar. O “salto qualitativo” que leva do espaço ao lugar é, pois uma construção. Constrói-se “a partir do fluir da vida” (p.61).

Ouvir os moradores, as crianças sendo apresentado por eles o bairro, propiciou uma aprendizagem muito significativa:

O nome da minha rua é Tuiti (...). Gosto de brincar com os meus coleguinhas. Ela é cheia de folhas na calçada, tem um cachorro na rua. A minha rua é de chão, tem um cachorro que fica na rua que ele gosta de moder os outros. Perto da minha rua tem uma pracinha, ela tem um bar, um parquinho, tem uma loja de pizza que é perto da pracinha (K.;5 anos).

O bairro para as crianças é definido por ser lugar dos amigos onde ela pode brincar com eles, de se divertir com a família, o local que encontra a sua casa os seus parentes mais próximos, etc.

Segundo Tavares (2009), a rua é circulação, artéria do bairro, da cidade, espaço onde as crianças constroem aprendizagens múltiplas que nem sempre são reconhecidas e ampliadas pela instituição escolar.

Ao concordar com Tavares, construímos a seguinte reflexão, que as crianças constroem conhecimento dentro do espaço onde esta inserida, reafirmando assim que ao chegarem ao espaço escolar, elas não se encontram neutras de saberes e de informações.

A rua pode expressar diversas situações, positivas ou negativas, como narra M.C.;de 5 anos:

Onde eu moro, lá tem parquinho, gangorra, escorrego (...). Agente é criança, né! Gosto de brincar, de jogar bola na rua, andar na gangorra. Mais minha mãe não gosta que eu ande muito, porque eu andar muito os grandes pode me machucar (...). Aí se agente pudesse ia no parquinho andar sozinha mais esta cheio de crianças grandes de noite, aí passa policia, passa todas policias e mata as crianças. Aí você anda sozinha os bombeiros pega e nunca mais vamos ver a mãe, o pai, os filhos (...).

---

<sup>6</sup> Apelido carinhoso que ela gosta de ser chamada e como é conhecida por todos no bairro

Diante do relato acima, a rua tem o seu lado descontraído, pois por ser criança, ela tem o direito de brincar no parquinho, nos brinquedos onde ela/ele se sentem criança, no entanto nos deparamos com o impasse da violência que nos impede de divertirmos e realizarmos o que gostamos — o espaço de prazer torna-se um lugar do medo, pois ficamos privados da nossa liberdade de ir e vir.

Dessa forma, deparamos com o sentimento do medo, da desconfiança e das limitações. É importante ressaltar que toda criança deverá ser protegida contra qualquer forma de abandono, crueldade e exploração (art. 9 - Declaração do direito da criança).

Assim, o espaço de lazer das crianças deve ser assegurado por todos nós que somos cidadãos como também é de responsabilidade do órgão público, pois é direito da criança viver e usufruir dos ambientes da brincadeira, como o parquinho.

Para grande maioria, principalmente as crianças, o bairro resume-se ao espaço de encontro reencontro de amigos, da conversa com o vizinho. Assim, a história do bairro vai sendo construída pelo trabalho e memória de todos.

Construir esta história pressupõe também (re) inscrever não somente sobre o bairro, mais as lutas deste espaço pelo direito a educação.

O bairro Antonina possui nas suas redondezas muitas instituições particulares e somente uma escola pública a Escola Municipal José Manna Junior.

Aparentemente não se apresenta sendo uma localidade de classe alta. Muitos que vivem aqui são de classe media baixa que sobrevive com precariedade e com alto grau de descaso do governo.

Como a educação infantil é um direito das nossas crianças, a maioria das escolas direcionadas para a infância são particulares, desse modo, o que venho percebendo através desta pesquisa que algumas famílias não tem condição de pagar uma creche para os seus filhos.

Uma das opções encontradas pelas mães do bairro foi a creche comunitária do bairro Antonina que luta para oferecer com qualidade o atendimento educacional e de forma integral às crianças da localidade que recebem cuidados como alimentação, deixando as mães, a princípio, mais tranquilas para poderem trabalhar.

A educação infantil em São Gonçalo ainda se encontra como um grande desafio. A oferta de creches municipais é ainda inferior, fazendo com que o atendimento educacional das nossas crianças seja de forma precária.

Podemos perceber que a creche é um grande referencial das famílias das classes populares e que ela continua na luta pelo direito e em defesa da educação das crianças do local.

Assim, a história do bairro vai sendo construída e repensada por todos nós que fazemos parte dele ou por aqueles que passaram por ele:

A origem do nome é devido à homenagem a família “Antonina” que possuía terras na localidade onde existia uma plantação de laranja na região. A terra ± 1968 era barro, muito lamaçal. O nome da família também se originou alguns nomes das ruas do próprio bairro: Manoel Serrão, Antenor, Antonina Serrão. Hoje possui 17 ruas no qual 4 delas sem pavimentação (Augusto Neto<sup>7</sup> – 56 anos)

Durante o depoimento, Augusto de forma muito descontraída, fala sobre o bairro como fosse uns dos seus filhos, com muito zelo e carinho vai narrando as suas conquistas e também com um pesar as suas perdas:

A primeira padaria foi fundada em 1958 do Sr. João mais tarde do Sr. Gonçalo. O bairro é cortado pela via férrea onde passava a ‘maria fumaça’. Ele possuía três clubes de futebol: o futebol clube Brasil (atual Igreja Nossa Senhora do Amparo), o futebol clube Várzea (atual Cais do porto) e o Futebol clube Antonina. No clube antonina tinha a sede social que fazia bailes de carnaval, festa junina, a tradicional ‘arraia brasa Viva’, a festa ‘bole bole’. Hoje acontece a festa junina e a festa da primavera. Existia o grupo musical ‘meninos de ouro’, formado por pessoas que eram moradores do bairro e a programação de calouros que funcionava mais de 50 anos.

Em relação à infraestrutura do bairro ele acrescenta:

O **comércio** nos anos 70 tinha a mercearia de ‘seu Morim’ e o armazém do Sr. Baltazar, a barbearia do Seu Paulo (funciona ate hoje) que corta cabelo por um preço barato para os moradores. No caso de **transportes** na parte interna do bairro tinha a empresa de ônibus CTU: viação Bairro Vermelho, viação cabuçu (atual Rio Ita, a viação estrela 526 uma conquista da Associação dos Moradores. E já a parte externa é servida pelas outras empresas rodoviárias. Na questão de **saúde** a população se deslocava para o centro de são Gonçalo para ser atendido no SAMDU, SESI e PRONTO SOCORRO S.G. Hoje existem dentro do bairro dois postos do PSF (Posto de Saúde da Família). A **população** do bairro em 1987 pela pesquisa que fiz na época quando estava na associação aproximava uns 5.000 pessoas, hoje deve ter ± 8.000 moradores. Em relação à **educação** existia o grupo escolar bairro Antonina chamado de ‘barracão’ (hoje escola Municipal Manna Junior). Tinha a escola particular Centro Cultural Sobralzinho (atual Creche Comunitária do bairro Antonina) e a Escola Vieira Brum e São Judas Tadeu ambas particulares. Também outro ponto a destacar e o **Concurso do Cidadão**

---

<sup>7</sup> Augusto Matias Ferreira Neto é morador do bairro e Fundador da Associação de Moradores do bairro Antonina que hoje se encontra sem sede. Chegou ao bairro no dia 12/01/1968. Ele também é um dos fundadores da Escola de Samba Caprichosos do Bairro Antonina fundado em 1980. Algumas informações sobre o bairro, Augusto obteve a partir de depoimentos orais de antigos moradores do bairro hoje falecidos.

**do bairro**<sup>8</sup> escolhido pelos moradores. Iniciou-se com uma brincadeira que foi tornando uma proporção mais seria. São escolhidos 10 pessoas (5 homens e 5 mulheres) onde os requisitos são: ser morador do bairro da comunidade; boa conduta; cidadão atuante do bairro. A urna fica em um ponto do bairro onde é aberta em junho na festa junina com entrega do diploma com o título de cidadão do bairro depois é cantado o hino nacional.

Os conhecimentos transmitidos pelo morador muito contribuiu para pesquisa. Como disse a ele: *“Sr. Augusto nunca pensei que estaria aqui neste momento sentada em um bar, conversando com o senhor sobre o bairro”*. E com um sorriso no canto do rosto respondeu: *“Sempre há alguma coisa nova para aprender. E quem me dera que esses jovens de hoje também quisesse saber sobre o lugar, a sua origem”*.

Realmente são poucos que buscam (re) conhecer a história do outro e querer contarem, relembrar os seus:

O nome do meu bairro é Antonina. A rua é Brasil. Ele é todo amarelo, o muro é do Brasil. Gosto do meu bairro (...). A minha rua é com lama. Quando chove fica cheia de água e lama e pra sair agente tem que usar chinelo (M. 5 anos.)

Se na fala de uma criança é apresentado um pouco da sua história, do que ela passa, sente, ou faz, por que nós como educadores renegamos muitas vezes esta história. Dentro de cada morador do bairro esta sua trajetória de vida, de perdas e realizações.

O bairro possui as suas marcas que sinalizam a sua tessitura de formação, as leituras de mundo. Somos cotidianamente alfabetizados por ele.

O Bairro Antonina você entra por ele mais quando quer sair encontra várias saídas que dão direção para outros bairros vizinhos: Mutuapira, Mutuá, Nova Cidade, Trindade e São Miguel. Acontece também o inverso, por estes bairros chegamos do mesmo modo no Antonina.

Um bairro conhecido por ser de puro barro, um brejo onde qualquer carro que entrava ficava atolado, o “vai e fica”, hoje é chamado bairro Antonina, do 1º distrito de São Gonçalo.

“Do barro, agora o asfalto” tomou conta. Neste há atualmente bastantes comércios, que dão outra expressão para o bairro. As padarias, as farmácias, os mercados, o correio, as confecções de roupas, as vídeos locadoras, os salões de

---

<sup>8</sup> Este concurso foi realizado neste ano no dia 12/07 (Domingo) no bairro juntamente com a festa junina, organizado pelos moradores. Concorreram a tia Marlene e a tia Lucia e outras. Quem ganhou dos homens foi Paulinho do bar e das mulheres Norma.

beleza com as suas promoções, os colégios, os bares, as pensões, as “Lan House” que não são poucas, etc. tudo isto faz parte deste bairro, hoje bastante melhorado, especialmente pelos moradores.

As pessoas que circulam por ele proporcionam um lugar de (re) encontro e de amizade. O “vai e fica” tem muito a melhorar, no entanto todos que moram aqui conhecem um ao outro, constróem elos, vínculos, parcerias.

Posso dizer que através dessas conversas tenho um novo olhar sobre o bairro Antonina mesmo morando aqui há 21 anos. Percebi que pouco sabia sobre ele. Reconheço que agora tenho o papel importante de não deixa ficar esta história por aqui. Despertar em nós mesmos o nosso papel é compromisso para memória e pela história do lugar. A nossa historicidade para não esquecer quem somos e de onde saímos.

Como disse o Sr. Augusto: *“É importante valorizar a memória do bairro, a nossa identidade, e isso chama-se cultura”*. Este é um retrato afetivo do lugar: o “vai e fica”: um bairro chamado Antonina.

## **CAPÍTULO II**

### **INFÂNCIA, CRECHE E EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS REFLEXÕES**

No presente capítulo proporemos algumas reflexões em torno das temáticas: Infância, Creche e Educação Infantil, compreendendo que tais assuntos são de total relevância para nossa investigação, visto que essas temáticas se interligam e que possuem uma perspectiva histórica e social.

Segundo SARMENTO (2001), a infância é uma construção social, pois sempre existiram crianças, mas o seu reconhecimento como sujeito de identidade distinta e de direitos caracterizam como fatos recentes da modernidade.

Ao afirmamos a construção social da infância, como destaca Sarmento, estamos nos permitindo refletir que esta infância consiste como um ser histórico e não somente de marcas biológicas, de cuidados físicos, unicamente de caráter mentais e morais.

Compreendemos uma infância sendo um produto da história, um processo contínuo e em construção, desenvolvendo papéis sociais distintos, representações e identidades próprias (SARMENTO, 2001).

É importante compreender cuidadosamente os contextos da educação da infância, visto que a partir desta questão chegamos à conjuntura da criação das creches e nos atendimentos oferecidos às crianças das classes populares. Todos estes pontos são entrelaçados pelas transformações ocorridas na sociedade que fizeram com que o pensar a criança consistisse em um fator de grande importância para os interesses de uma sociedade que se apresentava em constantes e radicais transformações.

Com o desenvolvimento do pensamento educacional da era moderna, a escola começa a ser responsável em educar e cuidar das crianças, não cabendo mais esta responsabilidade somente para a família no processo da educação dos seus filhos.

Podemos destacar principalmente em relação às creches, que elas a princípio nasceram com a função de guarda, de caráter assistencial para atender às famílias e às crianças pobres. Não apresentando de início, uma concepção educacional.

As construções dessas temáticas caracterizam de certa forma um percurso de problematização, transformações e de reflexões, pois cada história começou a

ser pensada quando inicia o processo de modificação da sociedade e no questionar o que é ser criança? O que é infância?

A nossa intenção neste capítulo não é dar respostas, mas sim dialogar e refletir sobre, pois de forma mais ampla, o conhecimento que construímos no trabalho monográfico é sempre parcial e provisório. Tornar relevante a história da infância e sua educação nos permitiu pensarmos essas tramas numa perspectiva baseada na constituição de suas relações sociais, nas mudanças sociais e das influências causadas pelas transformações no contexto familiar.

Entendemos ser fundamental discutir essas questões, para podermos melhor desenvolver o pensamento crítico e reflexivo, que nos levem ao caminho em defesa dos direitos da infância.

## **2.1- A Infância como uma construção social**

Percorrendo a história da humanidade podemos observar que a história da infância e sua educação foram sendo delineada de acordo com o seu tempo histórico e social, propiciando para nós um estudo diferenciado sobre a criança e as ações educativas oferecidas para as mesmas.

Assim, adotamos nesta presente reflexão a idéia de que *a infância emerge como realidade social, realidade essa que também produz, em certa medida, a própria sociedade* (PINTO, 1997, p.34).

A infância na Idade Média significava o estado de transição da criança para a vida adulta. A criança na antiguidade era considerada um “adulto em miniatura” e partilhava no dia a dia a vida e os hábitos dos adultos.

O autor Philippe Ariès (1978) um dos pioneiros no trabalho sobre a criança e a vida familiar, vem abordando num ponto de vista histórico a ausência de um “sentimento de infância” e da particularidade infantil.

A sua contribuição no estudo da infância especifica que a inexistência de um sentimento da infância neste período da idade média até o fim do século XIII, não significava uma negligência ou desamparo.

O historiador discute que quando a criança mostrava condições de viver sozinhas eram inseridas no convívio dos adultos.

Nesse sentido, não existiam diferenças particulares entre a criança e o adulto. Elas executavam as mesmas tarefas que eles, participando de jogos, comendo e dormindo no meio deles.

Esta ausência de afeição levou muitas crianças ao contato com as doenças que causavam um “infanticídio”. Suas histórias, praticamente denotavam uma total falta de emoção da sociedade em que conviviam com as suas respectivas famílias. Desse modo, socialmente a infância se encontrava numa luta constante pela sobrevivência.

Para a sociedade era relevante a criança crescer para poder trabalhar como afirma ARIÉS (1978):

(...), as crianças misturavam – se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, (...). A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias (ARIÉS, p.193).

Devido à falta desta conscientização sentimental e da particularidade da criança, reconhecida somente como um adulto em miniatura, sua Educação ficava comprometida, pois a escola era direcionada para um pequeno grupo de nobres. Quando chegava à idade da razão por volta dos sete anos de idade, a classe nobre enviava os seus filhos à escola, enquanto a criança pobre era inserida nos afazeres domésticos, nas atividades laborais dos adultos.

Tais trabalhos eram considerados naturais, não é como hoje, que a exploração infantil é considerada um crime contra os direitos da infância. *A escola medieval permaneceu indiferente à distinção e separação das idades, uma vez que não se destinava a educar a infância* (PINTO, 1997, p.36).

Durante muito tempo, *a infância não foi sujeito de direitos* (DAVID, 1997, p.16). Para o adulto não tinham identidade própria, levando-nos a negação do relacionamento delas com a sociedade.

Na Modernidade (século XVI a XVIII) inicia-se um novo conceito de infância e educação. Este período foi marcado pela mudança do sistema feudal para o capitalismo que acarretou transformações nas relações sociais que influenciaram a vida familiar como também no âmbito escolar.

A criança passa a ser pensada de forma frágil e inocente. Surge um sentimento com a infância e a preocupação com a sua educação e a questão da moralidade infantil que se tornou um motivo de apreensão, pois a aprendizagem

da criança se desenvolvia do seu convívio com o adulto. Agora diante do pensamento moderno:

*a família deixou de ser a instituição somente para transmissão da vida, dos bens e dos nomes e passa a ter a função moral e espiritual dos seus filhos; um lugar de cuidado, de "paparicação" e de "afeição" (ARIÉS, 1978).*

Dessa forma, nasce um novo sentimento de infância como também uma nova organização da família.

A criança deixa de ser misturada com os adultos, indo para a escola onde passa a ser o lugar da disciplina, do ensinar, o "a vir a ser" no mundo, prepará-la para a vida. No entanto, isto não aconteceu com todas as crianças, principalmente das classes menos favorecidas.

A partir do século XVIII exprime-se a evolução de novas idéias por parte dos teóricos sobre a educação da infância. Novas mentalidades emergiram com os pensamentos iluministas de filósofos que levaram a ter um novo olhar sobre a criança.

Alguns filósofos, como John Locke e Rousseau com discussões em torno da infância, na qual *a criança passou a ser o centro do interesse educativo dos adultos sendo vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados (...)* (SANTOS, 2005, p.13).

O filósofo Locke traz o estudo da teoria da "tábula rasa" onde a criança nasce como uma folha em branco, na qual o adulto ou a escola é responsável de escrever.

Já o pensamento de Rousseau, a criança é um ser bom, puro, ingênuo e o seu desenvolvimento deveria ser com base na espontaneidade, considerada um atributo natural.

PINTO (1997) afirma que, ambos se detectam e remete uma proposta educacional, o reconhecimento do caráter decisivo da atenção e da intervenção dos adultos no processo de formação das crianças. A ação educativa para Rousseau deveria destina-se a guarda da fragilidade da criança, não as colocando à exposição, evitando aos perigos da sociedade. Enquanto que Locke propõe uma educação infantil que leve a criança a deixar de ser o que é, para se transformar num adulto (p.41).

Os pensamentos sobre a infância se tornaram crescente no início do século XIX, com o interesse de procurar novos métodos de educar os pequenos, como Froebel, Pestalozzi, Montessori, Decroly, Piaget, Freinet, etc.

Ao final do século XVIII com a revolução Industrial ocorre na Europa um crescente desenvolvimento em atender as crianças vitima dos maus-tratos, do abandono e da pobreza.

Deste modo, no início da sociedade capitalista surge o atendimento filantrópico em creches que, explica SANTOS (2005):

A creche surgiu com um caráter assistencial e de custódia, sem nenhuma proposta educativa que favorecesse o desenvolvimento e a apropriação do conhecimento por patê da criança. As creches visavam, prioritariamente, o afastamento das crianças pobres do labor que o sistema capitalista em expansão vinha impondo, além de "guarda" as crianças filhas de trabalhadores e as órfãs (p.14).

Mesmo que existisse uma idéia transformadora em prol da infância, com o advento capitalista a criança para a sociedade tinha uma imagem fraca, incompleta, que precisava ser cuidada, amparada, preparada e escolarizada.

As concepções educacionais que surgiam eram ligadas a idéia de educação assistencial-compensatória. As creches e pré-escolas procuravam *suprir as deficiências de origem social, sejam estas físicas ou intelectuais, principalmente das classes populares* (idem, 2005, p.15).

No século XX, com a crescente urbanização e industrialização novas transformações aconteceram no meio social, iniciando um novo movimento de idéias de concepção de infância. As ações educativas neste período destacam a importância de desenvolver a criança para o futuro.

Compreendemos que até aqui a construção da infância se desenvolveu conforme o seu contexto histórico-social onde também estão inseridas as perspectivas da educação infantil que se encontra num longo processo de ampliação e de adequação que vise proporcionar melhor o interesse dos nossos pequenos.

E nestes longos anos, temos no século XXI a compreensão da concepção de infância onde as crianças são concebidas como sujeitos de direitos e desejos. A idéia da criança como atores sociais numa perspectiva que vise olhar a infância como sujeitos históricos, co-construtores do conhecimento e de pontecialidades distintas.

Assim, em defesa de uma educação infantil que desafie as propostas discriminatórias e que lute e construa a proposta pedagógica voltada para construção do sujeito cidadão, propiciando o desenvolvimento e a valorização das diferentes linguagens infantis.

Buscamos expor nesta discussão a trajetória da infância e de sua educação, de maneira sucinta, numa abordagem histórica, na qual percebemos que é imprescindível não pensarmos a infância como uma construção histórico-social e cultural.

## **2.2 – As primeiras instituições infantis: a difusão das creches e dos jardins de infância**

No final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, surgem as primeiras instituições consideradas Educação Infantil<sup>9</sup>, como as escolas criadas na França por João Frederico Oberlin<sup>10</sup> chamadas “escolas de tricotar”.

A partir da segunda metade do século XIX estas instituições se expandiram de forma mais intensa por meio das discussões internacionais como modernas e científicas, com a imagem de trilhar para “civilização” e o “progresso”. *O conceito de civilização passou a impor o critério da necessidade das novas instituições sociais* (KUHLMANN JR.; 1998 p.27).

Com o advento da Revolução Industrial capitalista na Europa mudanças na economia ocorreram e também nas relações de trabalho.

Estas mudanças fizeram com que alterasse profundamente a estrutura social, transformando o retrato da família. *Inicia-se o crescente processo de incorporação da força de trabalho feminina aos meios de produção* (COSTA, 2008, p.15).

É importante sabermos que o desenvolvimento de creches e pré-escolas evoluiu através das transformações econômicas, sociais e o papel da mulher e da criança na sociedade ao longo desse processo industrial.

---

<sup>9</sup> Esta representação começou a ser utilizada a partir da constituição de 1988 designando as creches e as pré-escolas que hoje compreendem a Educação básica.

<sup>10</sup> Oberlin criou apenas um programa que previa que as crianças tinham que perder os maus hábitos; adquirir obediência, sinceridade, bondade, ordem, saber soletrar, ter as primeiras noções de moral e religião e somente utilizar a língua francesa.

Nesse sentido, a difusão das creches aconteceu mediante o nascimento da Revolução Industrial com o objetivo de atender as crianças a faixa etária de zero a seis anos de idade. É uma história recente, marcada por contradições, desigualdades e conflitos históricos-políticos e sociais.

As primeiras creches foram fundadas por Firmin Marbeau, na França no século XIX, com a proposta que consistiria em cuidar das crianças pobres enquanto suas mães trabalhassem fora.

Desse modo, a princípio sua história se movimenta a partir de dois contextos: a liberação da mulher para o mercado de trabalho e a necessidade de um espaço onde as crianças pudessem permanecer durante a ausência dos adultos.

Com este contexto, as creches surgem com objetivo de guarda e cuidados das crianças, enquanto suas mães trabalham, representando para elas o lugar de solução para o não abandono dos seus filhos.

Não eram todas as crianças atendidas pelas creches, somente aquelas que as mães tinham que trabalhar.

As instituições de educação infantil, como a sala de asilo e a creche, apresentavam uma saída urgente para os cuidados da infância, em função do trabalho feminino (KUHLMANN JR. 1998). Este autor nos aponta que:

O papel da creche é, primordialmente, o de assistir à criança que fica privada dos cuidados maternos em razão do trabalho da mãe fora do lar. A creche é uma obra auxiliar da família, sem desligá-la do lar. (...) ao mesmo tempo em que previne o abandono, a creche atua também na prevenção dos males que decorrem do abandono (...) (p.487).

Esta instituição vai além do lugar de cuidado das crianças das mães que trabalham fora. Ela representaria a alternativa de combater e solucionar os problemas sociais como a desnutrição, o abandono e a pobreza.

Assim, utilizando o mecanismo de compensação social, a creche caracteriza um *“mal necessário”*. Assim, era vista, como uma instituição para atender as classes populares no lugar da *“roda ou a casa dos expostos”*<sup>11</sup>.

A creche não era defendida como uma instituição ligada ao sistema educacional. *Como um mal necessário ocasionado pela necessidade das mães*

---

<sup>11</sup> Lugar onde eram deixadas as crianças abandonadas, enfeitada sendo uma forma construída pela sociedade, ou melhor, pelo estado para atender essas crianças.

das classes populares (COSTA, 2008) cumpria as orientações dos médicos higienistas<sup>12</sup> com o discurso autoritário social ao combate á mortalidade infantil, com a implantação dos serviços de inspeção médico - escolar.

Portanto, a creche nasce com a função de guarda da criança pequena, como um depósito, no qual o foco é a assistência, que incluía apenas os cuidados a criança pobre (Idem, 2008).

A princípio, o surgimento das creches traz muitos conflitos e controvérsias. As creches não surgem como uma instituição voltada para o sentido de direito da criança, mas sim uma forma de solução para os problemas das mães das classes populares, em obter um lugar de guarda e de cuidado dos seus filhos.

Já os Jardins de infância surgem das concepções elaboradas por Frederic Froebel, na Alemanha no século XIX. Chamado mais tarde de *Kindergarten*, seria a instituição educativa por excelência (KUHLMANN, 1998).

Esta instituição criada por Froebel se ampliou internacionalmente passando a ser uma forte referencia para outros países.

Os jardins de infância froebelianos trabalhavam com a concepção romântica da criança onde a pré-escola é um jardim, as crianças seriam as flores ou sementes que precisavam ser cultivadas pela jardineira que seriam as professoras.

Froebel defendia a idéia da evolução natural da criança e enfatizava a importância do simbolismo infantil. Sua proposta pode ser caracterizada como um “currículo de atividades”, onde a caráter lúdico é o determinante da aprendizagem da criança (KRAMER, 2006).

No entanto, os jardins de infância são difundidos coma intenção de atender as crianças das classes mais favorecidas, o que diferenciavam das creches que eram criadas apenas para atender as demandas das mães das classes populares. Demonstra KUHLMANN(1998):

Na Áustria a Alemanha principalmente, os Kindergarten ainda são reputados uma instituição fora do alcance das classes populares; estas levam seus filhos para os asilos, que os guardam durante o dia, e mais se preocupam com a propaganda religiosa. As classes médias e as superiores, pelo contrário, enviam seus filhos aos institutos mantidos pelas associações ou contratam senhoras que educam em casa as crianças conforme os preceitos do sistema. (...) O sistema Froebel é uma exclusivamente pedagógico. Seguramente convém introduzir nos estabelecimentos de caridade

---

<sup>12</sup> Kuhlmann jr.; apresenta além do discurso higienista há influencia das políticas jurídicas-policial e a religiosa nas questões da infância pobre.

destinados às crianças aquela educação racional, a única compatível com o progresso científico; mas não se confundam causas tão essencialmente distintas.<sup>13</sup>

Podemos compreender nesta fala acima a relevância que é dada em distinguir o que realmente pertence à classe popular, ou seja, a distinção entre creches e pré-escolas, enfatizando, o assistencial e o educativo.

Esta concepção de jardim de infância no Brasil teve início nas décadas de 20 e 30, do século passado sendo até hoje, um modelo a ser seguido pelas escolas de educação infantil brasileira, as redes públicas como também as redes privadas de ensino.

Percebemos que o nascimento das instituições destinadas às crianças tornou uma grande proporção na primeira metade do século XIX, em vários países.

No caso do Brasil, elas difundiram lentamente, pois ambos disseminaram no século XX. No entanto, anteriormente houve outras iniciativas, criadas no Brasil para atender as crianças<sup>14</sup>.

O surgimento das creches no Brasil surgiu também como forma de solucionar os problemas das mães que precisavam trabalhar fora, com a proposta assistencialista e discriminatória.

Com a modernização dos processos de produção, a nuclearização da família, o trabalho da mulher fora do lar, a necessidade de cuidados físicos essenciais, a premência de esconder filhos enjeitados são fatores que definem a emergência das primeiras creches como espaços de assistência, lugar onde as crianças recebem aquilo que suas mães, por sua condição social, não lhes podem oferecer (TIRIBA, 1999).

No Brasil, não tinha ainda uma grande demanda pela procura dessas instituições, pois a entrada da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho não era efetiva. Somente na década 70, as creches e pré-escolas se tornam um processo de maior ênfase. Como nos aponta KRAMER (1990):

---

<sup>13</sup> Parte do relatório do inspetor geral da Instrução Pública, Souza Bandeira Filho sobre o ensino pré-escolar pela Europa.

<sup>14</sup> Foi fundado no Rio de Janeiro em 1899 o Instituto de proteção e Assistência à infância; a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado que foi a primeira creche brasileira para os filhos de operários e o jardim de Infância do setor privado, o Colégio Menezes Vieira, 1875 no Rio de Janeiro (KUHLMANN, 1998).

O atendimento à criança, até pouco tempo, tinha um caráter apenas médico e assistencial. Somente a partir da década de 1970 é que a importância da educação da criança pequena de 0 a 6 anos é reconhecida no Brasil e tem início a ampliação do atendimento as crianças de 4 a 6 anos (p.18).

Nesse período intensifica o movimento por creches por meio dos grupos organizados do movimento feminista pelo fato do grande aumento de mulheres no mercado de trabalho.

Assim, surgem grupos comunitários, ONGs, atitudes filantrópicas com objetivos de atender/suprir às necessidades das classes trabalhadoras no Brasil. A ausência do poder público no cumprimento de seu dever fez com que crescesse esses grupos, fazendo que muitos atendimentos à infância pobre fossem marcados pelo baixo padrão de qualidade. Uma educação compensatória acabou disseminando o preconceito e a discriminação.

As creches, entretanto, permaneceram ligadas aos órgãos da assistência e da saúde preocupados com a higiene e a alimentação da criança não havendo a intenção de uma ação pedagógica.

Historicamente, as creches no Brasil, eram vinculadas ao sistema do bem estar social que predominavam a oferta dos convênios e nas pré-escolas é a oferta oferecida pelas redes municipais. Este tipo de atendimento por meio dos convênios seria uma forma, economicamente dos cofres públicos atenderem as instituições. A ampliação desta forma de atendimento é a da “*expansão a baixo custo*” (VEIGA, 2005).

O estudo das primeiras instituições da infância nos permitiu percebermos que a impregnação do assistencialismo compensatório levou a concretização da discriminação em relação às camadas populares. Por isso, no Brasil, creches e pré-escolas foram sendo a princípio, constituídas pela baixa qualidade no atendimento as crianças brasileiras.

O grande desafio que enfrentamos é buscar efetivar o atendimento de caráter educacional das creches e enxergá-las como um espaço de direito da criança e não uma substituta das mães. O momento atual é transformar esta realidade, afirmando uma nova concepção de criança, assumindo a infância cidadã, pessoa que é sujeito de direitos (TIRIBA, 1999).

### **2.3- A Educação Infantil como um direito da infância**

No desafio de construir uma educação infantil que se constitua na construção da cidadania, com a certeza de que cada criança deve ser compreendida *como sujeito social, cidadã* (KRAMER, 2001), a partir da constituição de 1988 fortalece a busca e o reconhecimento dos direitos da infância a educação.

Com o reconhecimento da educação infantil como direito da infância assegurado pelo Estado através das políticas públicas, iniciaram-se no aspecto legal mudanças na concepção de atendimento à infância. São avanços alcançados por meio das lutas dos movimentos sociais e as formulações legislativas no Brasil que fizeram com que houvesse mudanças.

Segundo GOHN (2005), no Brasil dos anos 80, os movimentos sociais, particularmente os de caráter popular, foram o lume que orientou os tênues avanços democráticos que a sociedade civil obteve (...). Fizeram-se reconhecer na arena política como interlocutores válidos e necessários, particularmente na transição operada através de processos constitucionais (p.53).

No Brasil, exclusivamente nas décadas de 70 e 80, muitas associações e movimentos comunitários se desenvolveram com a força de lutar pelos direitos das classes mais desfavorecidas.

A crescente participação e concentração de grupos sociais em prol dos movimentos comunitários acabaram ajudando na retomada do diálogo da sociedade com o poder público, intensificando o questionamento contra a exclusão das classes populares na sociedade brasileira.

Nesse sentido, em decorrência da ausência muitas vezes do Estado na construção de políticas no atendimento às camadas populares a uma significativa propagação de escolas comunitárias localizadas em igrejas, associações de moradores, ONGs, etc.; com *a justificativa de que estariam a serviço das classes populares e não de interesses da burguesia* (CUNHA, 1991).

As demandas das classes populares por uma educação escolar pelo direito à creche e pré-escolas levaram à reivindicação da participação do Estado na educação das crianças de 0 à 06 anos de idade. Dessa forma, a educação infantil e a sua importância trouxeram não somente para as mães os seus direitos,

mas sim o direito conquistado da infância do 0 a 6 anos o reconhecimento como sujeitos de direitos.

É um dever do Estado e direito da criança de qualquer classe social a educação infantil. Direito assegurado a partir da constituição de 1988, que afirma:

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 227).

A Constituição de 1988 representa uma grande conquista para educação no Brasil, pois garante que os direitos da criança é um dever de todos, do estado e da família. A partir de então, outras leis vieram, reconhecendo os direitos da infância a educação como o estatuto da criança e do adolescente (ECA) e a lei de diretriz e bases da educação Nacional (LDB).

Criado em 1990, o ECA, consolida os direitos da criança, reafirmando sua educação e o compromisso dos órgãos públicos em auxiliar no atendimento a criança e o adolescente.

A LDB (9.394/96) constituiu-se outro avanço no atendimento educativo das crianças de zero a seis anos. Na lei de Diretrizes e Bases reafirma a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, fazendo com que promova integralmente o desenvolvimento da criança:

A educação infantil, é a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade (art. 29).

Outras questões importantes são levantadas nesta lei no que refere á formação profissional e sua avaliação.

Em relação à formação profissional consiste que o professor para atuar nesta etapa de educação básica precisa ter a formação mínima do curso normal com a especialização em educação infantil. Já a sua avaliação, na educação infantil será por meio do acompanhamento e registro feito pelo professor, contextualizando, registrando os processos de aprendizagem das crianças, desenvolvendo reflexões, debates constantes sobre o projeto educativo.

Estas políticas foram conquistas de muitas lutas dos movimentos sociais em defesa de uma educação infantil voltada para formação da infância cidadã, vistos como sujeitos de direitos.

Assim, na busca de desenvolver um trabalho melhor na educação infantil, em 1998, foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para educação infantil, com o objetivo de apontar metas de qualidade que contribuam com o desenvolvimento integral da criança, de maneira socializadora sendo concebido de forma a servir como guia de reflexão, sugestões para professores de creches e pré-escolas de cunho educacional. Este referencial é organizado em três volumes divididos em: documento introdutório, formação pessoal, social e conhecimento de mundo.

Em razão de sua importância, a educação infantil em toda sua história se desenvolveu por meio de muitas lutas que se configurou com o contexto da constituição de 1988.

A reafirmação de novas discussões sobre currículo e propostas pedagógicas para as creches e pré-escolas, constituiu nesse processo histórico, político e social, uma Política Nacional de educação infantil <sup>15</sup>definida pelo MEC, intensificando cada vez mais uma proposta de uma educação voltada para o direito da infância.

Diante dessas transformações, a educação infantil gonçalense apresentasse também intimada ao desafio de garantir o direito à educação de suas crianças. Nesse sentido, buscaremos refletir e discutir brevemente a educação infantil em São Gonçalo.

## **2.4 – A Educação Infantil em São Gonçalo**

Vimos que, a partir da constituição de 1988, a Educação Infantil foi sendo reconhecida como um direito das crianças de zero a seis anos, assegurado pelo Estado constituindo como a primeira etapa da educação Básica.

Considerado o município mais populoso da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, com 889.828 habitantes, São Gonçalo se encontra hoje num

---

<sup>15</sup> Com a política nacional de educação infantil foi estabelecido diretrizes, objetivos, metas e estratégias para melhor compreender a criança como sujeito social e histórico.

grande desafio, em garantir o direito intensificado com a nova Lei diretrizes e bases para educação (lei 9.394/96).

A Lei de diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) esta organizada em Educação básica que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino médio e a Educação Superior, tendo como caráter obrigatório na lei o ensino fundamental, destinado as crianças do seis ao quatorze anos.

Com a LDB, os municípios tiveram a responsabilidades de oferecer a educação infantil e o ensino fundamental, ao cargo do mesmo em planejar políticas publicas educacionais que atendam a população local.

Segundo COSTA (2008), a esfera municipal é estimulada a cada vez mais, aumentar sua participação na oferta de vagas para o ensino fundamental e diminuí-la no oferecimento de vagas destinadas aos estudantes do ensino médio que cada vez mais é de responsabilidades dos estados. Além de oferecer educação infantil, que, segundo novas diretrizes deverão ser oferecidas, prioritamente pelos municípios (p.37).

No entanto, a preocupação maior dos municípios é atender o ensino fundamental, pois a educação infantil não tem caráter de obrigatoriedade. Ela é especificamente um direito das crianças a educação, muitas vezes negado, sendo atribuído ao município em garantir este direito juntamente ao estado, apresentando uma opção da família em matricular as crianças em creches e pré-escolas.

As novas vigências, contidas na lei de Diretrizes e bases em relação à educação infantil levou cada vez mais a expansão de matriculas nos municípios fazendo com que incluísse este ensino no sistema de financiamento no Brasil, pois agora ela compreendia a Educação básica.

Como apresentamos anteriormente, as propostas educativas para atender a infância tiveram repercussões a partir de 1990, fazendo com que prefeituras iniciassem o seu processo de ofertas em creches e pré-escolas. Porem, as formas de financiamento da educação e sua distribuição eram de maneira muito desigual.

O Fundo de Manutenção e valorização do magistério (FUNDEF) é caracterizado como um fundo de natureza contábil. Foi assinado após a lei de Diretrizes e Bases da Educação com o prazo de dez anos de duração.

Este fundo era aplicado na remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais de educação e sua manutenção, mais abrangia somente o Ensino fundamental publico. Desse modo, a educação infantil não era contemplada, que de acordo com COSTA (2008):

(...), com a implantação do Fundef, também estimularam a expansão das matrículas, principalmente, no ensino fundamental regular, pois a forma de distribuição das verbas era destinada a educação para esse nível de ensino. (...), a criação do Fundef contribuiu para a expansão das matrículas no ensino fundamental. (p. 39).

Nesse contexto, visando somente o quantitativo de matrículas no ensino fundamental regular revelou que o Fundef tem um caráter excludente e desigual (idem, 2008), pois constatou que os outros segmentos ensino ficavam prejudicados, ou seja, as verbas do Fundef eram destinadas apenas ao ensino fundamental, privilegiando este segmento e descuidando dos demais.

Como o Fundef tinha um prazo de dez anos, em 2007 entrou em vigor a Lei nº 11.494/07, que implantou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério distribuindo os recursos para Educação Infantil, o Ensino Fundamental regular, EJA e Educação especial. São segmentos que abrange a Educação básica no Brasil, representando significativas mudanças, pois nesse momento diz respeito a uma política publica de financiamento para Educação infantil.

Apesar de os municípios serem encarregados de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e obter um avanço no âmbito legal, as ações que asseguram o direito das crianças a educação se apresenta ainda num processo demasiadamente demorado e desigual, na qual o município de São Gonçalo também se encontra.

Percebemos que mesmo com a criação do Fundeb, que entrou em vigor recentemente, os recursos destinados a educação para infância permanece em situação precária, devido os municípios ainda não estarem preparados para desenvolver um projeto de qualidade voltado para crianças de zero à cinco anos nas redes municipais de educação.

Compreendemos neste trabalho, que a educação infantil conseguiu alavancar com significativos avanços. Mas também existem algumas deficiências que fazem com que aumente, principalmente em São Gonçalo, instituições filantrópicas, comunitárias, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público,

direcionadas ao atendimento de crianças com até seis anos de idade. Tais instituições oferecem e desenvolvem em situações mínimas possíveis um trabalho educacional (não afirmo aqui que seja de qualidade ou não) com as crianças fazendo muitas vezes o papel que seria do poder público municipal.

#### 2.4.1- O Plano Municipal de Educação de São Gonçalo e as creches comunitárias: desafios da educação infantil

São Gonçalo em relação ao seu sistema educacional possui 76 unidades escolares, dados obtidos pela secretaria Municipal de educação, em 2006 sendo distribuídas nos seus 91 bairros bastante populosos. Com isso, não conseguindo suprir, pois o município apresenta um numero pequeno de instituições publicas da rede municipal.

Visto disso, o município tem como um dos seus grandes desafios garantir o direito a educação das crianças da cidade. Além de conviver com os avanços crescentes das instituições privadas que fazem o atendimento da educação infantil com /ou sem fins lucrativos.

Sendo determinadas na LDB 9.394/96 as incumbências dos municípios em oferecer a educação infantil, as Secretarias de Educação dos municípios ficaram encarregadas de elaborar o seu Plano Municipal de Educação (PME).

A Secretaria de Educação de São Gonçalo, em 2004 construiu o seu Plano Municipal de Educação contendo metas e estratégias, visando às necessidades da cidade e a preparação de objetivos para serem alcançados em prol da melhoria educacional do município.

Representante de movimentos sociais como também de instituições publica e privada e do poder publico tiveram presentes na elaboração do plano do município que visam metas para serem obtidas em dez anos. Podemos perceber que foi uma conquista para educação local.

De acordo com Melo (2008), nos anos de 2001 a 2004, em São Gonçalo que alguns movimentos surgiram, deflagrando lutas contra incoerências, na definição das regras do jogo político em relação à educação (p.22).

Continuando este contexto, a autora afirma que, paralelamente, ocorreram interlocuções políticas nas discussões dos fóruns para organização do Plano Municipal de Educação e debate sobre o regimento Único da rede municipal de

ensino, como também, a ação política nas escolas para construção do PPP em todas as unidades escolares da rede pública municipal de São Gonçalo (idem, p.22).

O plano, em relação à educação infantil tem como metas ampliação das ofertas de vagas, a garantia da qualidade das instituições e a intenção de construir uma creche municipal pelo menos a cada ano.

Vale ressaltar que esta medida descrita acima, uma creche sendo construída por ano é um dado insuficiente para atender um crescente número populacional de residentes em São Gonçalo. Considerando que são as crianças das classes populares mais pobres do município que sofrem com a negação do poder público em garantir os seus direitos à creches e pré-escolas.

Neste sentido, o que percebemos no decorrer deste trabalho monográfico é o aumento de espaços educativos e de cuidados para infância dentro do município, principalmente nos redores dos lugares mais carentes de São Gonçalo.

O próprio plano com o objetivo em atender integralmente as necessidades da criança, *afirmam-se convênios entre creches comunitárias e a Secretaria Municipal de Educação, que por meio dos convênios, dão um suporte técnico-pedagógico a essas instituições* (PME, 2003, p.4).

Para obter os convênios as instituições precisam ser adequar aos padrões mínimos de infra-estrutura, alcançando as instalações físicas e sanitárias. No PME, a meta é alcançar até o final do decênio (2003-2013) 30% das crianças de 0 a 3 anos e 70% das crianças de 04 a 05 anos, mesmo que seja por meio das instituições conveniadas ou parcerias.

Observa-se que mesmo com o plano, o município tem enfrentado uma imensa trajetória na obtenção na oferta da educação infantil. A construção de creches e pré-escolas persiste mais de maneira lenta e gradual. Desse modo, cresce as creches e pré-escolas privadas no município de São Gonçalo.

Entretanto, não podemos desvalorizar as instituições comunitárias, pois são elas que muitas vezes demonstram e constroem projetos educacionais que envolvem toda a comunidade das classes mais pobres do município, trabalhando com o mínimo possível tendo a iniciativa de responsabilizar pela educação integral das crianças em São Gonçalo.

Legalmente a educação infantil é um direito da criança e é um dever do estado e dos municípios garantir este direito. No entanto, compreendemos que

ainda as ações e os atendimentos direcionados a infância principalmente da classe popular se encontram num formato bastante limitado.

No município percebemos como são conflituosas as formas de atendimento as crianças gonçalenses, visto que, algumas políticas beneficiam poucos, verificando atitude desigual na cidade.

Alguns dados<sup>16</sup> nos remetem que o município, atualmente possui 6 creches municipais, 43 instituições municipais que oferecem a educação infantil, constando com 36 creches comunitárias conveniadas.

Muitas escolas em São Gonçalo entraram no processo de municipalização para poder ampliar a oferta de vagas, neste período de mudanças não houve novas criações de creches municipais. Enquanto isso, notamos que na rede privada a expansão se torna algo efetivo e intenso no município.

Neste sentido, até o ano de 2005 constava aproximadamente 3% das matrículas em creches publicas, nas particulares com fins lucrativos cerca de 20% das matrículas, os outros por centos, os 79% das matrículas estava a cargo das instituições comunitárias (COSTA, 2008).

Podemos perceber que a expansão da educação infantil no campo municipal encontra-se bastante lento. Mesmo sendo uma análise até 2005, a intensificação da rede privada e o aumento das instituições comunitárias no município se apresentam como fato recente. Dessa forma, as poucas iniciativas do setor público em cumprir até mesmo o que esta escrito no plano constituem para nós metas contraditórias e discursivas que nos levam a reflexão principalmente na construção de uma creche por ano.

Muitas escolas foram reaproveitadas, “ajeitadas” com o intuito de aumentar a oferta da educação infantil fazendo com que o município cumprisse o seu papel, o de garantir a educação das crianças.

Com a elaboração do plano, em 2004 deu inicio a ideia de construir creches e de fazer parcerias por convênios com as creches comunitárias. A atual lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu contexto dá abertura aos municípios fazerem estas uniões com as instituições privadas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Dados obtidos com a Supervisora Educacional do Município de São Gonçalo Ruth Ramiro de Melo.

<sup>17</sup> As creches no município eram vinculadas a Assistência social ligada a Secretaria de desenvolvimento Social. Atualmente são integradas a Secretaria de Educação do município

Partindo deste contexto, as formas de convênios com as creches através de parcerias são apresentadas como políticas públicas não-estatais para educação infantil, que tanto a LDB e o plano praticamente aprovam essa iniciativa.

No entanto, o que não podemos esquecer que as creches comunitárias nasceram das lutas dos movimentos sociais, das reflexões e das necessidades das classes mais pobres, fazendo também surgir as primeiras creches comunitárias do município de São Gonçalo.

Por perceber essas lutas, em defesa da educação infantil que despertou em mim o interesse de pesquisar sobre as lutas da Creche Escola Comunitária do bairro Antonina.

A maior parte das creches comunitárias do município surgiu através dos movimentos ligados a grupos da igreja católica dos movimentos eclesiais de base (MEB).

Foi na década de 1980 com a participação de associações de moradores e dos movimentos sociais pelo Brasil que se tornou sólido as lutas pelas creches comunitárias de São Gonçalo, conseguindo alcançar os objetivos em 1982 com a construção da primeira creche e pré-escola comunitária do município a casa da mãe trabalhadora em Boaçu. Ligada a associação de moradores do local com a interação do grupo católico da Igreja Nossa Senhora do Pilar.

Com a criação da primeira creche outras surgiram como a creche Comunitária do Salgueiro, no bairro Salgueiro em 1983, as creches comunitárias do Palmeirinhas, em Palmeiras no ano de 1988, a São Francisco de Assis, do Jockey e outras com a participação de moradores, das Igrejas Católicas ou das pentecostais.

A ausência muitas vezes do Estado e as desigualdades sociais acabaram impulsionando famílias<sup>18</sup> de baixa renda a reivindicarem por melhorias inclusive na área educacional para que seus filhos pudessem ter o direito à educação. Com esse espírito de luta, em 1985 surge em São Gonçalo o movimento Artcreche que persiste na ação em defesa das creches comunitárias no município.

---

<sup>18</sup> A história também é escrita por lutas do movimento de mulheres que entraram no mercado de trabalho onde a creche para elas era o lugar seguro para deixar seus filhos.

A partir da idéia de luta, na busca de um ideal, as comunidades juntaram forças para conseguir realizar os seus objetivos. Algumas creches mal tinham um lugar para funcionar e atender as crianças. Alugavam casas, viviam ou ainda vivem por meio de doações de moveis, de alimentos, de roupas e do trabalho voluntário das pessoas.

Muitos desses sujeitos que trabalham como voluntários, em algumas creches recebem uma quantia simbólica por estar ajudando as crianças sendo professoras, às vezes sem preparo algum, como também trabalhando no auxílio da limpeza ou na cozinha em condições mínimas possíveis, na intenção de não deixar nenhuma criança daquela comunidade privada de cuidados e de educação.

A partir dos anos de 1980, os convênios foram sendo firmados e as creches começaram adquirir alguns recursos, não todos, mais os essenciais para suprir no mínimo as pendências da instituição.

O Artcreche –SG criado para lutar e unir as creches do município empenha-se para que o município cumpra com o repasse dos convênios.

Contudo, somente em 1993 que o município começou a repassar os convênios para creches sendo que foi apenas para nove creches comunitárias.

Consiste uma questão recente e muito questionadora, pois à principio os convênios eram da responsabilidade da fundação Municipal de Apoio a Educação e a Assistência a infância, ou seja, vinculada a Secretaria do desenvolvimento Social. A partir de 2004, especificamente no dia 31 de dezembro o convênio fica a cargo da Secretaria de Educação do Município.

Desde 1993 são realizados os convênios entre a prefeitura de São Gonçalo e as creches comunitárias. No entanto, em 2004 ele foi inserido na política educacional para educação infantil.

Em 1998 é formado no município um Conselho Municipal de Educação que só inicia os seus trabalhos em 2000. O Conselho é composto por 15 conselheiros que deveria funcionar como um *dispositivo possibilitador de uma maior participação de diversos segmentos relacionados à educação no município* (COSTA, 2008, p.72).

No entanto, na prática falta dialogo entre a política municipal e as instituições comunitárias.

O próprio conselho não tem determinação, pois apesar das significativas mudanças esbarramos nos interesses dos políticos locais que influenciam nas

questões educacionais, principalmente relacionadas em aprovar ou não os convênios.

Averiguamos que atual política do município não expressa o seu interesse em lutar por melhores condições que vão a favor da educação infantil do próprio município ou até mesmo nos outros segmentos de ensino. Não exclamo como uma afirmação, mais pelo nosso olhar e entendimento as relações das creches comunitárias com o órgão publico parecem um campo minado que esta preste a explodir.

As creches comunitárias para adquirirem o convênio precisam se enquadrar nas exigências legais que a prefeitura exige como é o caso da Creche Comunitária do bairro Antonina, no qual realizo a pesquisa.

As instituições recebem a visita de Supervisores da Secretaria de Educação para fiscaliza e analisar o espaço e saber o numero de crianças no local.

Muitas delas não conseguem a renovação ou a aprovação devido a ausência de algo exigido. É desde infraestrutura até a parte pedagógica são fiscalizados pelos superiores.

Destacamos também as verbas que as prefeituras recebem do FUNDEB que são recursos do Ministério da Educação enviados para os municípios que alem disso são repassados para as creches comunitárias de acordo com o numero de alunos. O aumento na quantidade de matricula na educação infantil significa em relação ao fundo obter mais recursos para o município.

Esse contexto nos leva a pensar que dependendo do número de crianças matriculadas principalmente nas creches comunitárias, o município receberá uma significativa verba em relação ao quantitativo.

Neste momento nos deparamos com algumas questões: As propostas políticas educacionais municipais da cidade de São Gonçalo estão em defesa da educação e do direito da infância ou consiste uma estratégia daqueles que estão no poder publico em defesa dos seus próprios interesses?

Mesmo diante destes conflitos e dos obstáculos, as creches comunitárias permanecem exercendo a sua função: o de (re) construir a historia da educação infantil, pois muitas delas são parceiras das comunidades mais carentes do município de São Gonçalo.

Nesse sentido, compreendemos a partir de nossa pesquisa, que todas essas instituições trazem uma história de luta, de conquistas, de perdas e de avanços que mudam a comunidade e os seus sujeitos. Estas histórias e lutas fazem parte de nosso próximo capítulo, onde tentaremos contar as lutas de uma delas, a Creche Escola Comunitária do Bairro Antonina pelo direito à educação em São Gonçalo.

### CAPÍTULO III

#### UMA HISTÓRIA PARA CONTAR: AS LUTAS DA CRECHE ESCOLA COMUNITARIA DO BAIRRO ANTONINA

A presença de um capítulo dedicado a Creche Escola Comunitária do bairro Antonina foi devido a nossa necessidade como professoras-pesquisadoras em compartilharmos as nossas observações como também as reflexões em torno das lutas, dos desafios, dos desejos e das conquistas da creche escola na busca pelo direito a educação em São Gonçalo.

Uma história para contar não se resume em uma contação da trajetória da creche escola comunitária dentro do bairro ou de uma localidade específica mais sim abordar qualitativamente uma pesquisa educacional onde *supõe um contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que esta sendo investigada (...)* (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.11).

Dessa forma, a investigação se desenvolveu a partir de uma relação cúmplice com os sujeitos escolares (o fundador, os professores, as crianças, os voluntários, os pais), que fizeram com que este trabalho desenvolvesse reflexivamente, à medida que procuramos avançar dentro da pesquisa.

Nesse sentido, repensamos cada vez mais a educação e as relações que se constroem em torno dela quando pensamos o campo da escola como um espaço fértil de investigação, pois o trabalho de pesquisa dentro do espaço da escola consiste uma forte fonte empírica que contribuiu para o movimento de ação-reflexão-ação.

Por meio de um trabalho metodológico através da observação participante, da entrevista, das conversas informais, dos questionários e dos desenhos das crianças, percebemos que irmos em defesa da educação infantil representa uma luta constante que abrange todos aqueles que estudam e convivem com a infância: os educadores, os pais, a comunidade, os órgãos públicos, que precisam assumir o compromisso de defender e garantir o direito das crianças gonçalenses pelo direito a educação infantil pública.

Trata-se de alcançar uma política educacional que contribua para o desenvolvimento da cidadania onde enxergue as nossas crianças de zero à cinco anos conhecedoras do mundo.

Creiamos que um dos desafios da educação infantil é colocar a criança como parte do processo educacional, a sua participação no planejamento educativo, buscando compreender que a criança é um sujeito social e co-construtor do conhecimento.

Visto disso, a creche é um espaço significativo de aprendizado que tem um papel social-político e epistemológico, no qual, ela precisa se *organizar educativamente para favorecer o desenvolvimento infantil, e não ser mero depósito de crianças*, tendo o pensamento que, a pré-escola tem sim como papel social o de *valorizar os conhecimentos que as crianças possuem garantindo a aquisição de novos conhecimentos (...)* (ROSEMBERG, 1989, p.22).

A defesa da educação infantil faz parte integrante da nossa luta pela democratização da educação brasileira. E o movimento social construído na creche escola comunitária, significa uma questão de defender o seu direito, o de cada criança que convive neste espaço desde as sete horas da manhã até as dezessete horas da tarde, misturado com os sentimentos de respeito, de solidariedade e de amizade entre os sujeitos que convivem com elas e que acreditam nelas.

Com este propósito se construiu o projeto social criar na comunidade do bairro Antonina onde a escola representa uma grande conquista da classe popular que vive no local.

### **3.1 – O Projeto Social Criar**

A Creche Escola Comunitária residida na Rua Antonina Serrão nº 330, no Bairro Antonina, foi fundada por João Carlos Mota de Castro, licenciado em matemática e pastor da Igreja Congregacional Boas Vindas, no dia cinco de setembro de dois mil e seis funcionando como Creche e pré-escola com registro: CNPJ 088439130001-31 na Secretaria de Educação do município de São Gonçalo.

A instituição é um segmento do projeto social criar que tem como objetivo oferecer as crianças de zero à cinco anos de idade da comunidade educação no horário da manhã com professores capacitados e à tarde desenvolver outras atividades, visando o bem – estar das crianças e de suas famílias.

Outro objetivo do projeto é dar oportunidade para os pais, principalmente as mães fazerem cursos para poderem voltar para o mercado de trabalho, pois a maioria das mães tem mais de dois filhos e normalmente são crianças pequenas com a idade bem próximas.

Segundo o fundador, o projeto surgiu da necessidade do próprio bairro, da sua realidade que apresenta um risco social muito grande:

(...) estamos aqui próximos de alguns bairros que a gente observa que não há nenhum programa, não há nenhum trabalho voltado para as famílias, principalmente com crianças porque as creches mais próximas que nós temos aqui é no Mutuá, uma creche municipalizada (...) (fundador João Carlos)

A idéia abrange também os adolescentes na área de esportes como aula de jiu-jítsu e a, além disso, o desenvolvimento de um trabalho que envolva os sujeitos da terceira idade da comunidade. O ponto de partida do projeto são as crianças, no entanto, a intenção é também estar desenvolvendo trabalhos com jovens para promover uma melhor ampliação de sujeitos cidadãos.

Hoje a creche escola está documentada nos órgãos devidos trabalhando com 80 crianças distribuídas em maternal, jardim I, jardim II e jardim III, contendo nove voluntários: dois na parte administrativa e cinco na parte pedagógica e duas que cuidam da área alimentícia e limpeza.

Visando um futuro seguro para as crianças da comunidade o trabalho muitas vezes se torna uma questão de todos aqueles que conhecem o projeto, como esclarece o fundador João Carlos:

Nós aprendemos que devemos iniciar, devemos colocar a nossa mão no arado, colocar em prática os nossos sonhos, independentemente das lutas, das dificuldades e nessas caminhadas nós encontramos pessoas com o mesmo perfil. Pessoas que tem o mesmo coração que já pensou em criar algo parecido e acaba que nós nos encontramos nos fortalecemos nesse objetivo que é montar esta creche escola com o apoio da comunidade e dos pais (...) este nosso projeto tem colaborado com a nossa sociedade.

Salientamos que o projeto social criar vive sem nenhum recurso por enquanto do órgão público, pois ainda está em processo de organização e fiscalização para poder receber o convênio repassado pela secretaria de educação do município de São Gonçalo.

E o que nós chamamos atenção, que até hoje, todos conseguem trabalhar de acordo com o que têm em mãos e o que conseguem através de doações.

Observamos que nada os fazem desistir, ainda mais que pouco a pouco temos visto retorno das crianças, dos pais e da própria comunidade.

### **3.2- Conhecendo a escola e seus sujeitos**

Na questão da parte física, o prédio possui dois pavimentos constituídos de nove salas ao todo, uma cozinha, banheiros divididos para os meninos e meninas, um banheiro para os professores, um refeitório, um pátio e uma secretaria que funciona também uma recepção.

No primeiro piso fica a educação infantil e o segundo para demais atividades como o jiu-jítsu para os adolescentes e jovens.

O horário da creche é integral com a entrada das crianças às sete horas da manhã e a saída às dezessete horas da tarde. As crianças estudam, almoçam na instituição, mais há aqueles que ficam somente na parte da pré-escola saindo às doze horas. A questão do banho das crianças da creche, desde o ano passado foi cortado devido algumas crianças apresentarem resfriados ou outro problema como bronquite e também por não ter um maior número de voluntários para esta função.

As salas são bastante amplas e arejadas, os móveis que são as cadeirinhas e as mesas da altura das crianças a maioria foi conseguido através de doações.

A escola está com a proposta de construir uma brinquedoteca e colocar mais brinquedos no pátio para as crianças poderem brincar. No entanto precisam cumprir a exigência da fiscalização em colocar um toldo neste pátio.

A instituição não possui uma cozinheira fixa sendo duas voluntárias que se revezam nos dias da semana para poder fazer as refeições e o lanche das crianças.

Devido à falta de recursos financeiros, a creche não consegue melhorar algumas partes do prédio que é alugado, recebendo pelo menos uma ajuda de algumas parcerias para poder pagar o aluguel.

### 3.2.1- Os professores: o que pensam?

Todos os professores são formados com o ensino médio completo em Formação de Professores. Como não consegui entrevistá-los devido à correria do dia a dia, elaborei um pequeno questionário para as três professoras para saber um pouco sobre o que elas pensam em relação à infância e até mesmo sobre a própria creche escola e o seu trabalho.

*Os questionários são instrumentos compostos de um conjunto de perguntas elaboradas, com o intuito de reunir informações (...), (MOURA e FERREIRA, 2005, p.70).* Nesse sentido foram elaboradas dez perguntas relacionadas à **criança, a educação infantil, o papel do professor, a proposta pedagógica, a creche escola e o papel da família** (grifos meus). Entregamos o questionário e obtivemos retorno depois de alguns dias.

Analisando os questionários percebemos que ficaram presas em responder corretamente o que estava pedindo, mais mesmo assim percebemos que tais respostas retratam o que elas pensam e o que desejam.

Assim, iniciamos com a professora Elizabeth do Jardim III que por meio das perguntas respondeu que:

a infância é uma etapa da vida humana que vai do nascimento a puberdade, no qual a criança é uma pessoa ingênua, infantil e imatura. E muitas crianças da nossa creche os pais não tem condições financeiras.

Em relação à educação infantil é:

o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual, a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. E que o papel do professor deve estar sempre atento as etapas do desenvolvimento do aluno, colocando-se na posição de facilitador da aprendizagem e focando um trabalho mutuo, na confiança e no afeto.

Já a proposta pedagógica a professora pensa que ela para ser de qualidade:

depende do professor que trabalha na instituição e por meio de suas ações, que devem ser planejadas e compartilhadas com os pais e outros profissionais da instituição, valorizando a brincadeira, pois as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e

imaginativa, na história antes de começar, é bom pedir que se aproxime que formem uma roda para viverem algo especial.

E que o professor na creche escola para ela:

representa que pode transmitir tudo de bom, como amizade, sinceridade entre as pessoas que convive na creche e que o papel maior é conseguir um diálogo com as famílias para o trabalho desenvolver.

Complementa que:

os pais não têm interesse na educação dos seus filhos e não participação das atividades realizadas na escola. Eles não têm diálogo com os professores e nem funcionários e que a perspectiva é conseguir realizar todos os objetivos<sup>19</sup>.

O segundo questionário considerado é o da professora Simone do Jardim I, formada há 15 anos para ela:

a infância é o período de nossa vida, em que vivemos como crianças. Onde a criança tem que ser criança, agir como criança, brincar com crianças ser tratada como crianças, e acima de tudo ser respeitada como criança.

E ela destaca que as crianças da creche são crianças carentes que:

precisam muito da creche escola. E que a educação infantil é a educação das crianças que o professor tem o papel de educar, de integrar a criança ao meio social em que vivemos. E além de educar temos que ser um pouco "mãe", "pai" e trabalhar de acordo com a realidade de cada criança, lutando para que elas tenham um futuro melhor.

Na questão da proposta pedagógica, ainda não vê *o sentido de uma proposta pedagógica*<sup>20</sup>, no entanto, *valorizo a brincadeira ajuda muito no desenvolvimento da criança.*

Quanto ser professora na creche escola declara que *representa um desafio a cada dia*, e colocou que a creche valoriza o papel da família só que nós não temos nenhuma parceria com elas.

Depois apontou alguns pontos, que no dia a dia é preciso ajudar as crianças na hora da alimentação, e promover um trabalho que integre as crianças ao seu meio social por meio da educação relatando por último que falta recursos

---

<sup>19</sup> Objetivo que a professora refere é cumprir as exigências da secretaria de educação e conseguir recursos para trabalhar melhor com as crianças.

<sup>20</sup> Um dos desafios da escola é de concretizar a sua proposta pedagógica que no momento desenvolve trabalhos por projetos através de datas comemorativas e realiza atividades em folha mimeografadas com as crianças

pedagógicos, uma remuneração<sup>21</sup> digna para os voluntários e que as perspectivas a serem alcançadas são uma creche escola que funcione com um bom ambiente de trabalho.

Nosso terceiro questionário foi feito pela professora Cláudia Valéria do Jardim II. Sobre a infância para professora é:

*a primeira etapa da vida do ser humano. Afirmou ser criança é estar bem, ter um lar apropriado, viver dentro do meio da educação acrescentando que hoje é muito difícil ser criança nesta sociedade de muitos conflitos sócio-econômico e grandes partes dessas "chamadas" instituições nasceram com o objetivo de atender a "clientela" de baixa renda.*

Segundo a professora *a educação infantil é o primeiro processo da criança dentro de uma instituição escolar que vai de zero até seis anos, no qual, o papel do professor é de mediar o processo educativo da criança levando em conta a história da vida dela.*

Já em relação à proposta pedagógica ela indagou que:

*toda a escola deverá ter uma proposta pedagógica satisfatória às necessidades da instituição sendo de qualidade de apreciação do professor e das crianças, assegurando que através das histórias, brincadeiras que muitas das vezes podemos perceber a facilidade de algumas crianças ao desenvolvimento sócio-afetivo, com as demais crianças, outras nem tanto, podemos observar melhor aquela criança que se afasta do convívio escolar.*

Para finalizar ela destacou que trabalhar na creche está sendo uma experiência de troca de conhecimento com a comunidade, cada criança tem a sua vivência e acredita que ela possa transmitir algo de positivo para elas. Em relação aos pais, alguns visam à creche como depósito de crianças não havendo interesse pela sua educação. Consta somente o lugar de deixar a criança para eles trabalharem.

O que falta, segundo a professora é buscar um melhor diálogo com os pais e com aqueles que estão à frente da instituição.

No maternal no decorrer da elaboração deste questionário ainda não constava uma professora efetiva. A tia Fátima como é chamada pelas crianças ajuda como voluntária tomando conta do maternal, crianças de um à três anos, às vezes as outras professoras planejam algumas atividades para desenvolver com crianças.

---

<sup>21</sup> Todos os voluntários recebem um salário simbólico pelo seu trabalho na creche escola. A perspectiva é que com o convenio possa pagar pelo menos um salário para os voluntários.

Dos três questionários apresentados, percebemos por meio do diálogo das professoras que existe muitos desafios a serem superados, a falta de recursos leva o docente a não realizar um bom trabalho como relatam as professoras. E outra questão bastante pertinente é a falta do diálogo com alguns pais das crianças e a busca constante de construir parceria entre a escola e os responsáveis.

Nas reuniões que aconteceram com os pais na creche escola no dia seis de maio, percebemos que muitos não têm o conhecimento do da importância da educação infantil. Não são todos, mas podemos dizer que uma maioria enxerga este espaço somente como um lugar para deixar os seus filhos com uma segurança possível para poder trabalharem com tranquilidade.

Pelo andamento da reunião, em relação à escola ainda continua o pensamento que ela é a substituta da família e se a criança está sendo alimentada e bem tratada, para os pais isso basta. Sobre essas relações escola-família, TIRIBA (2001) destaca:

Se a educação das crianças pequenas é co-responsabilidade das famílias e das instituições escolares, em vez de esperar dos pais uma simples adesão aos projetos da escola, é necessário construir uma parceria entre sujeitos que atuam de forma diferenciada frente ao mesmo desafio, a educação das crianças pequenas. Assim, em vez de “explicar” aos pais o trabalho que a creche realiza, é preciso construir com eles um projeto de educação e de escola. Nessa perspectiva, as famílias deixam de ser uma “clientela” a quem se oferecem serviços, para serem parceiras na implementação de um projeto que também é seu (p.75).

Se não houver esta parceria a escola para os pais será meramente um espaço de cuidados e não uma instituição educacional, e para a escola os pais consistem em não querer saber de nada sobre o seu filho. É preciso reconstruir relações possibilitando um desenvolvimento maior de ambos.

Há outras questões também essenciais para serem discutidas, no entanto destacamos que os temas enfatizados pelas professoras são assuntos importantes e relevantes para nossa pesquisa e sobre tudo para própria escola como pontos equivalentes a serem analisados reflexivamente para poderem encontrar um melhor caminho educacional, visando, principalmente o aprendizado das crianças.

### 3.2.2- Entrevistando as crianças: O que elas pensam?

Na busca de algumas discussões, nada melhor do que ouvir aquelas que são protagonistas desta história que são as próprias crianças.

O relacionamento construído durante o cotidiano da pesquisa contribuiu muito, pois percebemos que pelas falas das crianças podemos encontrar o caminho da própria construção do aprendizado. São pistas que vão sendo dadas, representando sinais que sinalizam quando as propostas educacionais estão indo bem ou não e que o professor nesse momento tem que estar atento.

Para a realização deste trabalho entrevistamos nove crianças com idades de quatro e seis anos que expressaram sobre o que gostavam de fazer na escola, e outras respostas que foram sendo dadas espontaneamente por elas, pois não foi elaborado um roteiro pensado para a entrevista.

Antes da entrevista pedimos às crianças que indicassem um nome que gostassem ou um personagem de história para poder identificá-las, no entanto só uma que se manifestou. Então optamos por usar a primeira letra do seu nome como foi utilizado nas entrevistas sobre o bairro no primeiro capítulo desta monografia.

Começamos com A., de quatro anos, que disse que gosta de fazer dever, de estudar na escola, além de lanchar e de brincar. Quando tinha aula de ginástica na escola fazia todos os dias depois do dever.

A segunda criança é a S., de cinco anos que gosta de fazer dever, estudar, de lanchar e de brincar. Ela disse também que tem que almoçar tudo para não ficar doente porque uma coleguinha da escola adoeceu por não se alimentar direito acrescentando que rezou pela colega que agora esta bem.

A próxima foi a V., de cinco anos que foi dizendo que gosta de fazer dever de ouvir historia e principalmente de merendar. Queria aprender escrever o nome e que na escola também gosta de dormir<sup>22</sup>, enfatizando depois que espera o papai e mamãe para ir embora.

Já D., de seis anos afirmou sobre os momentos de brincadeira que é a hora que ela e a coleguinha ficam juntas para brincar.

---

<sup>22</sup> As crianças depois do almoço têm o momento da soneca aonde vão para uma sala ambiente preparada para as crianças deitarem

M.C., de cinco anos destacou que na escola faz dever uma porção de atividades e que gosta de lanche. E disse que queria aprender a fazer dever porque quer ser professora: - *quero ser boa professora para dar dever, deixar os meninos em silêncio, fazer bastante atividades* .

O quinto entrevistado é o F., de cinco anos que foi dizendo que quando crescer quer ser médico: - *colocar uma coisa no ouvido para ouvir o coração*. Acrescentando que gosta de brincar de ver desenho pokemon na televisão.

A M., de cinco anos, aprender a ler e escrever é o objetivo maior dela porque precisa estudar para poder ser professora ou dentista.

Prosseguindo, temos o S., de cinco anos que está aprendendo a tocar bateria na Igreja e quer ser professor de educação Física. O que gosta de fazer na escola é dever, brincar e de dormir.

Por último, a L., de cinco anos que também quer ser professora para dar aula ensinar as crianças pequenas, como as outras crianças gosta de brincar e de fazer atividades na escola.

Quando terminamos a entrevista algo curioso aconteceu, pois a M., veio até mim pedindo o gravador, querendo contar uma história. Então dei o gravador a ela e pedi que contasse para mim e quem estava na sala (a professora e algumas crianças) a história:

- Judas traiu Jesus e o cabelo de Deus estava cheio de piolho. Aí! Judas pegou um remédio "brabo" e colocou na cabeça de Deus e de Judas, porque ele estava cheio de piolho, depois que passou o remédio a cabeça começou a arder, eh! Acabou a história.

Compreendendo o que as crianças dizem e pensam o brincar é uma marca presente na vida delas, *a brincadeira é percebida como a expressão direta da verdade na criança, a sua manifestação livre e espontânea do interior* (BROUGÈRE, 2006).

Outra questão que destacamos é o sentimento de amizade entre elas e o querer aprender a ler e escrever para ser alguém futuramente como professor, médico ou dentista, etc. Além do brincar, a merenda, o alimento tem um forte sentido para elas, afirmando que muitas delas não possuem uma alimentação adequada em suas casas.

De maneira geral todas gostam da escola e em relação à história de M., ela contou que a irmã tinha contado essa historinha para ela e que sua tia colocou remédio em sua cabeça para matar os piolhos. E que o remédio ardeu muito a sua cabeça mas logo a tia passou uma pomada e lavou os seus olhos com soro. Como a história de vida da criança, do que ela passa é super significativo, refletindo no ambiente escolar e nos sujeitos que elas convivem neste espaço.

Ouvir os professores e as crianças, indagando o que cada um pensa tornou um fio condutor para articular com a escola na busca da construção do conhecimento. E importante salientarmos que conhecendo os sujeitos inseridos no campo da escola nos levou a procurar uma melhor forma de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem. Os desafios são grandes mais as conquistas se tornam abrangentes, a cada vez que desenvolve a leitura de mundo.

### **3.3- Novas discussões: a luta continua...**

Novas discussões sempre irão existir no campo educacional, pois precisamos constantemente refletir sobre a educação, o espaço da escola e os sujeitos inseridos nela.

A educação infantil como uma etapa do ensino básico proporciona para nossas crianças o direito delas a educação sendo assegurado e garantido pelos órgãos competentes em oferecer o ensino no âmbito público.

Vimos que no município de São Gonçalo, a educação infantil é oferecida quantitativamente pelo setor particular na cidade e que pelo PME por ano que uma creche será construída dentro do município apresentando um sistema lento e desigual para nossa população.

Dessa forma, por não ter uma assistência rápida e efetiva do órgão público municipal aos redores dos bairros com o objetivo de atender as crianças das comunidades mais pobres, as creches comunitárias se tornam a única alternativa das classes populares, por meio de projetos sociais no qual elas se tornam o porto seguro das famílias para deixarem os seus filhos enquanto trabalham fora.

A história da creche escola comunitária do bairro Antonina não é tão diferente das outras creches localizadas em São Gonçalo.

Com a construção do projeto social criar por João Carlos, o fundador, até agora a escola sobrevive de doações e pelo sentimento de amizade,

solidariedade e de união para atender com a qualidade possível as crianças da comunidade no aspecto administrativo e educacional.

Para obtenção do convênio e até mesmo para ter o direito ao funcionamento, as creches precisam atender às normas específicas para sua autorização como estabelecimento de ensino de educação infantil.

O Conselho Municipal de São Gonçalo elaborou um documento em função da lei federal 9.394/96 que estabelece a educação infantil como a primeira etapa da educação básica chamada deliberação CME nº003/03, aprovado em vinte e oito de agosto de dois mil e três sendo publicado em dezessete de setembro de dois mil e três que significa o caminho que as creches escolas não conveniadas e também aquelas sem autorização de funcionamento precisam percorrer para obter a documentação necessária.

A deliberação tem nove capítulos alguns anexos aonde vêm explicando aos órgãos fiscalizadores o que é exigido e o que a escola precisa cumprir.

No caso da creche escola do Antonina, no segundo ano de funcionamento ela extinguiu a alfabetização, pois de acordo com a LDB este segmento de ensino pertence ao ensino fundamental<sup>23</sup> que corresponde o primeiro ano da criança com seis anos na escola .

No ano passado o berçário foi desativado devido a algumas exigências da fiscalização como banheiros dentro da sala, pessoas capacitadas com cursos de assistentes de creche, com mudanças no vestuário: tocas, aventais, mascaras e a utilização de luvas e uma nutricionista para atender somente as crianças do berçário.

A instituição recebeu cinco visitas da fiscalização da secretaria de educação, sobre esse caso afirma o fundador da creche escola:

Acreditamos que cada ano que se passa seja aperfeiçoado aprimorado e até mesmo amadurecido o nosso trabalho. Às vezes fundamos um projeto com o coração e deixamos de lado a razão e quando nos aprendemos andar com a razão e com o sentimento nós vivemos uma realidade estruturada porque os órgãos quando nos visitam, os órgãos fiscalizadores nós não podemos agir somente de baixo dos sentimentos mais dentro de uma realidade de supervisão dentro dos quadros de exigências para poder dar de melhor para as crianças. Não podemos contar com políticos, ficar criticando os políticos o que é necessário é fazer, pensar nas mudanças, mostrar para crianças a importância da educação e colocar em pratica u o projeto social criar.

---

<sup>23</sup> No artigo 32 da lei de diretrizes e bases da educação 9.394/96, o ensino fundamental obrigatório tem duração de nove anos com a iniciação da criança aos seis anos de idade – redação de numero 11.274/06.

Hoje se faz necessário algumas mudanças na escola como a reforma da cozinha que esta sendo terminado, o pátio que precisa ser coberto, o refeitório com as mobílias adequadas e uma participação maior do núcleo pedagógico para construção do seu projeto político pedagógico, visando o desenvolvimento integral e o aprendizado da criança voltado para uma perspectiva de educação infantil do sujeito de direitos alcançando a visão da criança cidadã.

As lutas não são somente para atingir o convênio, mais percebemos que durante a pesquisa as lutas representam também os próprios desafios do individuo, os seus conflitos internos e externos em busca das transformações do seu ambiente e na procura das suas realizações pessoais e coletivas.

A repercussão em torno da Creche Escola Comunitária nos levou a cada dia a repensarmos sobre a educação infantil e a perceber que trabalhar com a infância é mais do que estar com as crianças. É tornar vivo, significante em nossas vidas como professoras ou pesquisadoras o pensamento de acreditar na educação e ir à defesa dela representa a nossa luta e de todos pelo direito a educação publica gratuita e laica.

Desde âmbitos legais que nos dão um suporte até no convívio da sala de aula e fora dela temos que nos empenhar para conquistar o que queremos respeitando os desejos das nossas crianças com o intuito de alcançar uma escola que seja significativa para os nossos pequenos. Assim, *se não mudarmos a historia do nosso país, vamos mudar a história de algumas famílias e crianças do nosso bairro* (João Carlos - fundador da Creche Escola Comunitária do Bairro Antonina).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da educação infantil no Brasil se tornou muito crescente nas últimas décadas, seguido de transformações sociais, com o forte crescimento urbanístico, com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e as decorrentes mudanças no ambiente familiar. Fatores que ao longo dos anos contribuiu para uma nova visão de infância.

Neste sentido, a sociedade está dando relevância às experiências da primeira infância como também do seu convívio no ambiente social e cultural.

Assim, a criança foi tomando espaço e importância, sendo reconhecida como sujeito de direitos pela constituição federal de 1988, acompanhado de outras leis que fizeram com que a criança tivesse uma perspectiva educacional crítica e reflexiva.

Com isso, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser no âmbito legal um dever do estado e um direito da criança (artigo 28, inciso IV), constando este direito no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Vimos que, a educação infantil constitui um direito da criança de zero a seis anos cabendo ao Estado e à família garantirem o desenvolvimento integral da criança.

Durante a tessitura desta pesquisa, percebemos como é difícil conseguir garantir o atendimento às crianças com qualidade e igualdade.

As famílias da classe popular mais pobre sofrem muito com a ausência de políticas públicas e com o descaso dos órgãos governamentais em implantar uma educação para infância.

Consideramos que é necessária a construção de novas creches e pré-escolas para poder melhor atender às crianças, no sentido de contribuir para o exercício da cidadania e na busca de promover as suas especificidades.

Abordamos nesta monografia o local como ponto de partida para nossa pesquisa e compreendemos a maioria das pessoas localizadas nos bairros mais carentes mesmo sem recursos nenhum conseguem se mobilizar para conseguir realizar os seus sonhos e desejos.

Lutamos com o sentimento de querer a transformação em nós mesmos e no ambiente em que estamos inseridos.

No município de São Gonçalo, muitas escolas permanecem alicerçadas por causa das lutas dos professores e da própria comunidade sendo pertinentes ao desejo de mudanças com sede de modificações educacionais.

As relações dos sujeitos com o local em que reside faz com que percebam o que o Bairro ou a localidade necessitam, ou melhor, o que elas mesmas precisam para poder viver com dignidade e com mais igualdade.

Quando resolvemos defender os nossos sonhos tudo que estar ao redor se influencia pelas nossas decisões, embora haja alguns tropeços, a busca de novas perspectivas une as pessoas em prol de único objetivo, como por exemplo, combater as desigualdades e assumir a responsabilidade de defender a educação dos pequenos.

Muitas das instituições criadas para infância, principalmente na cidade de São Gonçalo surgiram por meio desses movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças mais carentes nos quais encontramos as creches comunitárias com um dos objetivos de lutar pelo direito a educação da infância.

Ao longo da história, compreendemos que o atendimento às crianças de baixa renda era para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças, com a concepção educacional marcado pelo assistencialismo compensatório que levou ao comportamento excludente e desigual perante a sociedade.

No entanto, verificamos que as instituições infantis desenvolvem trabalhos com crianças que visam o seu desenvolvimento, não somente físico, mais ampliando o trabalho com base na concepção de criança como um ser social e histórico.

A prática da educação infantil deve compreender o mundo da criança, as suas expressões e as diferentes linguagens (corporal, musical, escrita, matemática, oral, etc.), respeitando as diferenças e suas particularidades.

Em defesa da educação infantil significa para nós educadores construir o ambiente com base na experiências diversificadas, ou seja, na articulação com as crianças, com os sujeitos escolares: professores, funcionários, pais, etc. que nos ajudam a compreender este espaço que é a escola.

Como a presente monografia reflete também sobre a educação infantil em São Gonçalo, é importante ressaltar que desde sua história, São Gonçalo representa um campo de lutas e de transformações.

A luta pelo direito a educação, aqui destaco, as creches comunitárias implica uma realidade de constantes desafios, pois muitas delas como já foi dito neste trabalho sobrevivem com o mínimo possível, buscando adaptar-se às novas exigências educacionais na procura de melhorar o atendimento às crianças de zero a seis anos nos Bairros em sua comunidade. São essas instituições que muitas vezes assumem o papel do Estado.

A história da educação infantil em São Gonçalo tem se apresentado como um ambiente de negação e de desigualdades. Com o crescente setor privado a ampliação da educação voltada para as crianças fica comprometida, pois o Estado cada vez mais amplia sua parceria com essas instituições particulares. Assim, cabendo as creches comunitárias oferecerem a educação infantil para as crianças de situações de abandono governamental.

Com isso, aumentam os convênios com as creches e de maneira lenta criam novas creches e pré-escola pública, no entanto deparamos com o efetivo aumento da população infantil e suas famílias que reivindicam educação para os seus filhos.

Não estamos desconsiderando as mudanças que já ocorreram como o estabelecimento do PME, as criações de creches e pré-escolas no município, porém, destacamos que ainda muitas crianças gonçalenses estão sem o direito ao acesso a educação infantil.

Enfatizamos que a falta do diálogo entre os órgãos responsáveis com a escola levam a perdas imprescindíveis onde constitui também danos na Educação no modo geral, visto que são as crianças que mais sofrem no meio desses conflitos.

Neste contexto, as discussões expostas neste trabalho foram possíveis devido ao sentimento de esperança, no acreditar que as transformações são possíveis quando se tem o sentido de luta e de perseverança.

A defesa da educação infantil representa uma luta constante não somente em exigir dos órgãos responsáveis o direito a educação, mas constitui em questionar o porquê da ausência do Estado e reconhecer que é necessária a participação de todos na luta do direito das nossas crianças, não somente de nossa comunidade, mas de toda a cidade Gonçalense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Márcia. Movimentos Sociais e direito a memória como processos formativos de professores. In: PÉREZ, Carmen Lucia Vidal (orgs); TAVARES, Maria Tereza Goudard; ARAÚJO, Mairce S. *Memória e patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

ARAÚJO, M.S.; PEREZ, C.L.V. E TAVARES, M.T.G. *Caderno da professora alfabetizadora*. Rio de Janeiro: HP comunicação, 2006.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*, tradução: Dora Flaksman-2º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história*. Rio de Janeiro: Nitpress, 2006.

BRASIL. Constituição, 1998. *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília, 1998.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministerio de Educação e do desporto. *Referencial curricular nacional para educação infantil*. Brasília, DF: MEC, 1998.

BROUGÈRE, G. *Brinquedo e cultura*. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, Marisa Vorraber. *Agenda para jovens pesquisadores*. In: \_\_\_\_\_ (org). *Caminhos Investigativos II*, Rio de Janeiro: DPIA, 2002.

COSTA, Tatiana Gonçalves. *O plano Municipal de Educação e suas repercussões no direito a educação infantil no município de São Gonçalo*. Monografia. São Gonçalo: 2008.

CUNHA, L.A. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.

DAVID, Maria do Socorro. *Creches Comunitárias, currículo e alfabetização: em busca de identidade*. Niteroi, 1997, Mimeo.

ESCOLANO, Augustín e FRAGO, Antonio Viñao. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GOHN, M.G.M. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2005.

KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KRAMER, S. *Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação Infantil*. São Paulo: Atica, 2006.

KUHLMANN JR., M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: mediação, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora pedagógica e universitária, 1986.

MAYOL, Piene; CERTEAU, M.; e GIARD, L. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELO, Ruth Ramiro. *Projeto político pedagógico: uma experiência instituinte em São Gonçalo*. Dissertação de mestrado, Niteroi, 2008.

MOURA, M.L.S.; FERREIRA, M.C. *Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

PARK, Margareth Brandini. *Memória em movimento na formação de professores: prosas e histórias*. Campinas São Paulo: mercado de letras, 2000.

PÉREZ, Carmen Lucia Vidal (orgs); TAVARES, Maria Tereza Goudard; ARAUJO, Mairce S. *Memória e patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

PINTO, M. *A infância como construção social*. Universidade do Minho, 1997.

ROSEMBERG, F. *Creche*. São Paulo: Cortez, 1989.

SANTOS, Elizete M. *O que há por trás dos brinquedos e brincadeiras*. Monografia Rio de Janeiro, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade. In: GARCIA, Regina Leite; FILHO, Aristeo leite. (orgs) *Em defesa da Educação Infantil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO. *Plano Municipal de Educação*. São Gonçalo: Imprensa oficial, 2003.

TAVARES, M.T.G. *Os pequenos e a cidade: a centralidade da cidade de São Gonçalo na alfabetização das crianças das classes populares*- relatório de pesquisa, 2002.

TAVARES, M.T.G. Porque o local?. In: HEES, M.P.N.; FIGUEREDO, H.G.P. (In memorian); MORAES, J.F.S.; TAVARES, M.T.G. *Vozes da educação: 500 anos de Brasil*. Rio de Janeiro : UERJ, DEPEXT, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: historia oral*. Rio de janeiro: paz e terra, 1992.

TIRIBA, Léa. Pensando mais uma vez e reinventando as relações entre creche e famílias. In: GARCIA, Regina Leite; FILHO, Aristeo leite. (orgs) *Em defesa da Educação Infantil*. Rio de janeiro: DP&A, 2001.

WEFFORT, Madalena Freire. *Observação registro e reflexão – Instrumentos Metodológicos I*. Serie seminários. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1992.

## **ANEXOS**

**Anexo 1: Foto da entrada principal do Bairro Antonina**

**Anexo 2: Foto da fachada da Creche Escola Comunitária do Bairro Antonina.**

**Anexo 3: Fotos das crianças da Creche Escola realizando atividades em sala de aula.**

**Anexo 4: O questionário para as professoras**

**Anexo 5: O roteiro da entrevista para as crianças.**

**Anexo 6: A deliberação do Conselho Municipal de Educação nº 003/03.**

**Anexo 7: Os termos de visita da Creche Escola.**

**Anexo 8: Os desenhos das crianças sobre o Bairro e a Escola.**

**ANEXO 1: FOTO DA ENTRADA PRINCIPAL DO BAIRRO ANTONINA.**



**ANEXO 2: FOTO DA FACHADA DA CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA DO  
BAIRRO ANTONINA.**



**ANEXO 3: FOTOS DAS CRIANÇAS DA CRECHE ESCOLA REALIZANDO  
ATIVIDADES EM SALA DE AULA.**



## **ANEXO 4: O QUESTIONÁRIO PARA AS PROFESSORAS**

- 1. Nome:**
- 2. Formação:**
- 3. O que é infância?**
- 4. O que é ser criança? Quem são as crianças que convivem na creche escola?**
- 5. O que é Educação Infantil?**
- 6. Qual é o papel do professor (a) de Educação Infantil?**
- 7. Qual é a proposta pedagógica da escola?**
- 8. Você como professor (a) valoriza a “brincadeira”, as “historias infantis” e a espontaneidade da criança? Por quê?**
- 9. O que representa para você ser professor da creche escola Comunitária?**
- 10. A creche escola valoriza o papel da família? Vocês possuem uma parceria com as famílias?**
- 11. Quais os pontos positivos e negativos? E as perspectivas?**

## **ANEXO 5: O ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA AS CRIANÇAS.**

**Nome:**

**Idade:**

**O que você mais gosta de fazer?**

**O que gosta de fazer na escola?**

**ANEXO 6: A DELIBERAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº  
003/03.**



APROVAÇÃO em 28/08/03

PUBLICAÇÃO em 17/09/03

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO *Conselho*  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Funcionário (ma  
CÂMARA DE PLANEJAMENTO LEGISLAÇÃO E NORMAS

DELIBERAÇÃO CME N.º 003/03

Modifica Artigos, acrescenta ou extingue parágrafos e/ou alíneas de Artigos da Deliberação CME n.º 002/02.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições, considerando:

- a Lei Federal n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica;
- a necessidade de atualização e adequação das e às normas específicas para autorização, funcionamento e supervisão de estabelecimentos de Educação Infantil;
- que os estabelecimentos de ensino, que mantêm Educação Infantil em nível de Creche (0 a 3 anos) e Pré-escolar (4 a 6 anos), deverão ter ato autorizativo deste Colegiado para seu funcionamento;

DELIBERA:

#### CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 1º - A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui o direito da criança de zero a seis anos, a que o Estado e a Família têm o dever de atender.

Art. 2º - A autorização para funcionamento e a supervisão das instituições, públicas e privadas, de Educação Infantil, que atuam na educação da criança de zero a seis anos, serão reguladas pelas normas desta Deliberação.

Parágrafo Único - Entende-se por instituições privadas de Educação Infantil as enquadradas nas categorias de particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, nos termos do artigo 20 da Lei n.º 9.394/96.

Art. 3º A Educação Infantil, ocorrendo em horário parcial ou integral, será oferecida em:

- I - creches ou entidades equivalentes para crianças de até 3 anos de idade:
  - a) berçário: de 0 a 1 ano;
  - b) maternal: de 2 a 3 anos;
- II - pré-escolas para as crianças de 4 a 6 anos de idade
- III - Centros de Educação Infantil Comunitários para crianças de 0 a 6 anos, instituídos por grupos de pessoas físicas ou pessoas jurídicas, que incluem na sua entidade mantenedora representantes da comunidade, cuja diretoria não seja remunerada.
- IV - Instituição Educacional (confessional e/ou filantrópica) que atenda a programas sociais, garantidas as condições de funcionamento e as exigências contidas nesta Deliberação.

§ 1º - Para fins desta Deliberação entidades equivalentes a creches, as quais se referem o inciso I do artigo, são todas as responsáveis pela educação e cuidado de crianças de 0 a 3 anos de idade, independentemente de denominação e regime de funcionamento.

§ 2º - As instituições de Educação Infantil que mantêm, simultaneamente o atendimento a crianças de 0 a 3 anos em creche e de 4 a 6 anos em pré-escola, constituirão centros de educação infantil, com denominação própria.

§ 3º - As crianças com necessidades especiais serão preferencialmente atendidas na rede regular de ensino em creches e pré-escolas. Este atendimento deverá contar com o envolvimento efetivo e integrado da Família e de áreas da Saúde, Assistência Social e Educação, respeitados seus direitos em seus diferentes aspectos, também em instituições especializadas.

§ 4º - O atendimento na forma dos incisos I, II, III e IV deste artigo depende de ato autorizativo do Conselho Municipal de Educação, a quem cabe também a verificação das condições de funcionamento e o permanente acompanhamento, conforme critérios estabelecidos nesta Deliberação.

Art. 4º - A entidade mantenedora é responsável pela gestão pedagógica e administrativa das instituições de ensino para crianças de 0 a 6 anos, respeitada a legislação do sistema ao qual está integrada.

Art. 5º - Cabe ao Sistema Municipal de Ensino, por meio de seus órgãos próprios, autorizar, supervisionar e avaliar, segundo a legislação pertinente, as instituições de ensino sediadas no Município que educam e cuidam de crianças de 0 a 6 anos.

Art. 6º - A Educação Infantil na pré-escola obedecerá a seguinte classificação etária:

- I- Pré-escolar I - destinado a crianças de 4 anos;
- II- Pré-escolar II - destinado a criança de 5 anos;
- III- Pré-escolar III - destinado a criança de 6 anos.

Parágrafo Único - A critério da instituição de ensino poderão ser adotadas outras denominações para as etapas de que tratam os artigos 3º e 6º, desde que respeitadas, em princípio, as faixas etárias determinadas.

Art. 7º - A matrícula nas etapas de Educação Infantil, quer inicial ou por transferência, poderá ser feita em qualquer período do ano sem quaisquer exigências de pré-requisitos, considerando a não obrigatoriedade, por parte do matriculando, do cumprimento do mínimo de 200 dias letivos.

Art. 8º - A avaliação na Educação Infantil, deverá ser realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, tomando como referência os objetivos estabelecidos para essa etapa da educação, não tendo função de promoção e não se constituindo em pré-requisito para o acesso a fases posteriores.

§ 1º - O registro de desenvolvimento da criança será feito em fichas individuais, sendo vedada a utilização de instrumentos de natureza reprobatória.

§ 2º - Verificadas dificuldades ou problemas que exijam atenção especializada, os responsáveis deverão ser notificados pela instituição.

## CAPÍTULO II DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

- Art. 9º - A Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
- Art. 10 - A Educação Infantil tem como objetivos proporcionar condições adequadas para promover o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico, motor, intelectual, emocional, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo do conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Parágrafo Único - Dadas as particularidades do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos, a Educação Infantil cumpre duas funções indispensáveis e indissociáveis: educar e cuidar.

## CAPÍTULO III DOS RECURSOS HUMANOS

- Art. 11- Todas as instituições de Educação Infantil deverão ter na sua equipe técnico-administrativa no mínimo:
- I - um Diretor com habilitação em Pedagogia ou Pós-Graduado em Administração Escolar (com , no mínimo, 360 horas em instituição de educação superior credenciada e de acordo com as normas federais que tratam da matéria );
  - II- Secretário habilitado na forma da legislação;
  - III - um professor com curso superior em Pedagogia, ou Pós Graduação em Educação Infantil, ou Licenciatura Plena, acrescida de experiência comprovada de no mínimo dois (02) anos em Educação Infantil, para auxiliado pelos demais segmentos da Unidade Escolar, organizar, dinamizar, coordenar e avaliar sua Proposta Pedagógica;
  - IV- Cozinheira, Assistente de Creche e Assistência de Pediatra, Nutricionista, e no caso de creches públicas e/ou comunitárias, também Assistente Social, para creche com atendimento a crianças de 0 a 2 anos (horário parcial ou integral)
  - V- Cozinheira, Professor Habilitado e Assistência de Pediatra, Nutricionista, e no caso de creches públicas e ou comunitárias, também Assistente Social, para creche com atendimento a crianças a partir de 2 anos em horário integral;
  - VI- Professor habilitado e auxiliares, para creche com crianças a partir de 2 anos, atendendo em horário parcial;
- § 1º- Mediante a observação do quantitativo de crianças, a instituição poderá atribuir também outras funções ao Diretor, a saber:
- a) máximo de 150 (cento e cinquenta) crianças - atribuições de Secretário;
  - b) até 60 (sessenta) crianças - atribuições referentes a outras funções, desde que comprovada a habilitação e disponibilidade de tempo. →
- § 2º Em caso de creche ( 0 a 2 anos), Assistente de Creche com a formação mínima em nível fundamental, acrescida de experiência comprovada de no mínimo 2 (dois) anos com crianças nesta faixa etária.

§ 3º - É necessária a escolaridade mínima de Ensino Fundamental para todo o pessoal auxiliar.

§ 4º - Os Centros de Educação Infantil Comunitários poderão, caso necessário, recorrer às equipes multiprofissionais do Poder Público.

Art. 12 - O docente para atuar na Educação Infantil, deverá apresentar como habilitação mínima a oferecida no Curso Normal.

Parágrafo Único: O quadro básico de profissionais, apresentado pela Instituição de Educação Infantil, deve estar coerente com a Proposta Pedagógica, com as características do espaço físico e com o número e características de crianças atendidas.

#### CAPÍTULO IV DO ESPAÇO, DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS

Art. 13 - Os espaços serão projetados de acordo com a Proposta Pedagógica da instituição de Educação Infantil, a fim de favorecer o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos, respeitadas as suas necessidades e capacidades.

Parágrafo Único - Em se tratando de turmas de Educação Infantil, em escolas de Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio, alguns desses espaços deverão ser de uso exclusivo das crianças de 0 a 6 anos, podendo outros ser compartilhados com os demais níveis de ensino, desde que a ocupação se dê em horário diferenciado, respeitada a Proposta Pedagógica da escola.

Art. 14 - O imóvel destinado à Educação Infantil dependerá de aprovação pelo órgão oficial competente.

§ 1º - O prédio deverá adequar-se ao fim a que se destina e às normas e especificações técnicas da legislação pertinente, inclusive às relativas a peessoas portadoras de necessidades especiais.

§ 2º - O imóvel deverá apresentar condições adequadas de localização, acesso, segurança, salubridade, saneamento e higiene, em total conformidade com a legislação que rege a materna, admitindo-se para os Centros de Educação Infantil Comunitários a adequação às peculiaridades locais, desde que devidamente verificadas pela Comissão designada por este Colegiado.

Art. 15 - Os espaços internos deverão atender as diferentes funções da instituição de Educação Infantil e conter uma estrutura básica que contemple:

- I - espaços para recepção/secretaria;
- II - salas para professores, equipe técnico-pedagógica e pessoal de apoio;
- III - salas para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação natural e artificial, mobiliário e equipamentos adequados, paredes laváveis e piso revestido de material lavável;
- IV - nos casos de oferecimento de alimentação:
  - a) refeitório que atenda às exigências de saúde, higiene e segurança;

- b) cozinha com despensa atendendo às normas de segurança e higiene e local próprio com balcão e pia para preparação de mamadeiras;
- c) utensílios de cozinha apropriados a uso contínuo e que não ofereçam riscos de contaminação e acidente;
- d) botijões de gás localizados em área externa reservada para este fim;
- V - instalações sanitárias completas, suficientes e próprias para uso das crianças e uso dos adultos;
- VI - disponibilidade de água potável para consumo e higienização;
- VII - bebedouros em número suficiente, equipados com filtro e de fácil acesso e manuseio para as crianças;
- VIII - berçário, se for o caso, provido de berços individuais, com espaço mínimo de meio metro entre eles (dentro das normas específicas para este mobiliário), área livre para estimulação e movimentação das crianças, locais para amamentação e para higienização, com balcão e pia, além de espaço para o banho de sol das crianças;
- IX - área coberta destinada à recreação dirigida e área verde, ainda que sob a forma de canteiros, cujas plantas não ofereçam riscos à saúde;
- X - aparelhos fixos de recreação opcionais, que atendam às normas de segurança com conservação e manutenção periódicas;
- XI - extintores de incêndio, revisados, atendendo ao prazo de validade.

§ 1º - Recomendamos que:

- a) não devem ser usados carpetes, tapetes ou cortinas;
- b) os pisos devem ser antiderrapantes;
- c) as tomadas e interruptores de luz estejam protegidos com material próprio;
- d) na existência de escadas, antiderrapante nos degraus e corrimão para apoio e segurança.

§ 2º - Na secretaria da creche / pré-escola deverão ser arquivados os seguintes documentos dos alunos:

- a) cópia da certidão de nascimento;
- b) cópia do cartão de vacinação;
- c) ficha de matrícula com data de entrada, nome da criança, data de nascimento, nome da mãe/ profissão/ endereço/ telefone, nome do pai/ profissão/ endereço/ telefone, responsável pela criança/ nome/ endereço/ telefone/ relação de parentesco bem como a assinatura do responsável;
- d) entrevista com dados da criança e horário de atendimento;
- e) ficha médica com nome/ telefone do pediatra da criança e horário de atendimento;
- f) relatório periódico das atividades da criança;

## CAPÍTULO V DA PROPOSTA PEDAGÓGICA E DO REGIMENTO ESCOLAR

Art. 16- A Proposta Pedagógica deve estar fundamentada nos conhecimentos acumulados a respeito do desenvolvimento e aprendizado da criança, visando atender as suas necessidades e experiência.

Parágrafo Único - Na elaboração e execução da Proposta Pedagógica será assegurado à instituição de Educação Infantil, na forma da lei, o respeito aos princípios do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.

Art. 17 - Compete à instituição de Educação Infantil, respeitadas as normas comuns e as do Sistema Municipal de Ensino, elaborar e executar sua Proposta Pedagógica.

§ 1º - Deverão constar da Proposta Pedagógica:

- I - fins e objetivos;
- II - garantia de articulação entre as ações de cuidar e educar;
- III - características da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere;
- IV - regime de funcionamento;
- V - espaço físico, instalações e equipamentos;
- VI - relação de recursos humanos, especificando cargos e funções, habilitação e níveis de escolaridade;
- VII - parâmetros de organização de grupos e relação professor / criança;
- VIII - calendário escolar;
- IX - organização do cotidiano de trabalho junto às crianças;
- X - projeto de articulação da instituição com a família e a comunidade;
- XI - articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental;
- XII - avaliação do desenvolvimento integral da criança;
- XIII - planejamento geral e avaliação institucional;
- XIV - estratégias que garantam a participação dos profissionais nos processos de decisão, nas instituições públicas e nas instituições privadas que recebam recursos públicos;
- XV - estratégias que assegurem a efetiva participação dos pais ou responsáveis nos processos de decisão nas instituições públicas e nas instituições privadas que recebam recursos públicos.

§ 2º - O regime de funcionamento das instituições de Educação Infantil atenderá às necessidades da comunidade.

§ 3º - O currículo da Educação Infantil deverá assegurar a formação básica comum, respeitando as diretrizes curriculares nacionais.

Art. 18 - A avaliação na Educação Infantil deverá ter característica diagnóstica e de acompanhamento do processo contínuo que objetiva analisar a forma como a criança elabora o seu conhecimento.

§ 1º - A avaliação deverá subsidiar permanentemente o professor, permitindo:

- I - a organização ou reorganização das ações pedagógicas junto às crianças;
- II - a observação, a reflexão e o diálogo, centrados nas manifestações de cada criança, representando o acompanhamento do cotidiano escolar;
- III - os registros deverão relatar o desenvolvimento da criança;
- IV - os registros finais, elaborados ao término do ano ou período letivo, com caráter descritivo, deverão conter parecer sobre os diferentes aspectos do processo de desenvolvimento e de aprendizagem do aluno.

§ 2º - A avaliação não terá caráter seletivo das crianças, no sentido de constituição de turmas homogêneas.

§ 3º - O processo de avaliação levará em conta a especificidade do(s) aluno(s) portador(es) de necessidades especiais.

Art. 19 - Não tendo a Educação Infantil como objetivo central a leitura e a escrita de forma sistemática, a alfabetização não poderá sobrepor as demais atividades.

§ 1º - O ambiente alfabetizador, que coloca a criança em contato com o mundo da linguagem oral e escrita deverá ser significativo nessa etapa da escolaridade.

§ 2º - O jogo e o brincar representam formas de aprendizagem importantes a serem utilizadas com as crianças, uma vez que articulam o conhecimento em relação ao mundo.

Art. 20 - O término da Educação Infantil não confere, por si só, direito à criança de ingressar no Ensino Fundamental.

Parágrafo Único - Para ingressar no Ensino Fundamental, a criança estará sujeita às normas próprias do Sistema de Ensino.

Art. 21 - Os parâmetros para a organização de grupos decorrerão da especificidade da Proposta Pedagógica, das condições do espaço físico e das características do grupo de crianças, recomendada a seguinte relação:

- a) crianças de 0 a 1 ano: 06 a 08 crianças / 01 Assistente de Creche;
- b) crianças de 1 a 2 anos: 08 a 10 crianças / 01 Assistente de Creche;
- c) crianças de 2 a 3 anos: 10 a 12 crianças / 01 Professor;
- d) crianças de 3 a 4 anos: 12 a 14 crianças / 01 Professor;
- e) crianças de 4 a 5 anos: 14 a 20 crianças / 01 Professor;
- f) crianças de 5 a 6 anos: 20 a 25 crianças / 01 Professor;

Parágrafo único - Em classes com Educação Inclusiva, a relação professor/criança deverá ser diferenciada, com menor número de alunos, de forma a assegurar as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Art. 22 - As pré-escolas deverão ter salas de aula adequadas, com o mínimo de 1 (um) metro quadrado reservado a cada aluno, sendo permitido o máximo de matrícula correspondente a 80% (oitenta por cento) da área física, desde que se observe o limite de alunos por turma.

Art. 23- O Regimento Escolar é o documento normativo da instituição educacional, de sua inteira responsabilidade, e que apoia a execução da Proposta Pedagógica, não tendo validade os dispositivos que contrariem a legislação vigente, devendo ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos e uma cópia do mesmo, ser encaminhada ao órgão próprio do Sistema.

S,  
ra

**CAPÍTULO VI  
DO FUNCIONAMENTO  
SEÇÃO I  
DA CRIAÇÃO**

Art. 24 - Entende-se por criação, o ato próprio pelo qual o mantenedor formaliza a intenção de criar e manter uma instituição de Educação Infantil e se compromete a sujeitar seu funcionamento às normas do respectivo sistema de ensino.

§ 1º - O ato de criação se efetiva para as instituições de Educação Infantil, mantidas pelo poder público, por resolução governamental ou equivalente, e, para as mantidas pela iniciativa privada, por manifestação expressa do mantenedor em ato jurídico ou declaração própria.

§ 2º - O ato de criação a que se refere este artigo não autoriza o funcionamento, que depende da aprovação de órgão próprio do sistema de ensino.

**SEÇÃO II  
DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO**

Art. 25 - Compete ao Conselho Municipal de Educação autorizar, supervisionar e cessar as atividades escolares dos estabelecimentos de ensino que ofereçam a Educação Infantil.

Art. 26 - Entende-se por autorização de funcionamento o ato pelo qual o órgão próprio de sistema de ensino permite o funcionamento da instituição de Educação Infantil, enquanto atendidas as disposições legais pertinentes.

Art. 27 - O processo para autorização de funcionamento de que trata o artigo anterior deverá dar entrada, no protocolo do órgão competente, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do início previsto para as atividades escolares, devendo conter:

§ 1º - em caso de Instituição Particular:

I - requerimento inicial, na forma do Anexo I a esta Deliberação, firmado pela pessoa física mantenedora da instituição de ensino privada, ou pelo representante legal da pessoa jurídica mantenedora, comprovada a representação por documento hábil anexado ao requerimento, caso ela não esteja implicada em cláusula do Ato Constitutivo da entidade mantenedora ou em alteração contratual.

II - cópia(s) autenticadas, do Ato Constitutivo da Entidade Mantenedora, registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assim como da última alteração contratual efetuada;

III - prova de identidade e de residência da pessoa física mantenedora, ou dos sócios proprietários ou da pessoa jurídica mantenedora da instituição, consistindo de cópias legíveis com original(is) para conferência, da cédula de identidade, do CIC/CPF, caso não mencionado na cédula de identidade e de um dos seguintes comprovantes de residência, excluída a possibilidade de citação de declaração de terceiros:

- a) conta de prestação de serviços públicos em seu nome;
  - b) notificação, ou qualquer outro documento emitido em seu nome por órgão da administração pública;
  - c) correspondência de instituição bancária ou de crédito, em seu nome;
  - d) contrato de locação em seu nome;
  - e) recibo de pagamento do condomínio em seu nome;
- IV- cópias com original(is) para conferência, dos documentos de inscrição da mantenedora no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) e na Fazenda Municipal;
- V - prova de idoneidade financeira da entidade mantenedora da instituição, consistindo de certidão negativa do cartório de distribuição pertinente, com validade na data de formação do processo;
- VI- cópia autenticadas, de comprovante de direito ao uso do imóvel, para os fins propostos, de tempo igual ou superior a três anos, com período a vencer de no mínimo dois anos, na data de formação do processo de pedido de Autorização de Funcionamento, exigindo-se que o original esteja registrado no Registro Geral de Imóveis, ou em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, segundo a natureza do documento que se apresenta;
- VII - designação do membro da Direção e do responsável pela Proposta Pedagógica na forma dos incisos "I" e "III" do artigo 11, juntando cópias legíveis com original(is) para conferência, (Anexo II):
- a) da cédula de identidade;
  - b) do CPF/CIC, caso não mencionado na cédula de identidade;
  - c) do comprovante da habilitação para o exercício da função;
- VIII- relação dos recursos humanos e comprovação de sua habilitação e escolaridade (Anexo III, IV e V);
- IX -caracterização do sistema de escrituração e arquivo, observadas, no que couberem, as especificações mínimas contidas no Anexo VI;
- X - declaração da capacidade física de matrícula, por turno;
- XI - laudo da Inspeção Sanitária e do Corpo de Bombeiros;
- XII -cópia, com original para conferência, do Regimento Escolar registrado no Cartório de Títulos e Documentos;
- XIII- cópia da Proposta Pedagógica.

§ 2º - Se Instituição Comunitária, Filantrópica ou Confessional: os mencionados neste Artigo, acrescidos de:

- a) Certidão Municipal e/ou Estadual e/ou Federal que comprove a utilidade pública;
- b) Estatuto da Associação devidamente registrado;
- c) Ata de eleição da Diretoria de fundação e da atual;
- d) Ata de criação da Escola;
- e) Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 28 - Cabe ao órgão próprio do Sistema Municipal de Ensino, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável se necessário por igual período, designar uma Comissão Verificadora para:

- I- analisar as peças processuais;

II - verificar *in loco*, as condições para atendimento do pleito à luz desta Deliberação;

III - analisar os autos processuais de acordo com as presentes normas e, considerando o resultado da(s) visita(s) ao imóvel, pronunciar-se conclusivamente sobre as condições para deferimento ou indeferimento do pedido de Autorização de Funcionamento, observando que:

- a) na hipótese de conclusão favorável, deve dar pronta ciência ao requerente no corpo do processo, de que está, automaticamente, autorizado a funcionar nas bases discriminadas no laudo conclusivo da Comissão Verificadora até a emissão do Ato Autorizativo pelo Poder Público, a quem cabe providenciar sua entrega ao representante legal da mantenedora, mediante recibo no corpo do processo;
- b) o laudo conclusivo favorável substitui, para todos os fins, o Ato Autorizativo até sua expedição, e este último, quando emitido, terá consignada a data de emissão do laudo favorável como a de início do funcionamento autorizado;
- c) no caso de conclusão desfavorável, a Comissão Verificadora deve dar pronta ciência de seus termos ao requerente, fornecendo-lhe cópia da conclusão denegatória, mediante recibo no corpo do processo, bem como informando-lhe no prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso no Conselho Municipal de Educação, advertindo-o da impossibilidade de funcionamento até eventual decisão do Conselho em contrário.

§ 1º - Observado o não cumprimento ao disposto nesta Deliberação, o órgão competente solicitará plano de metas com explicitação de prazos para adequação às normas existentes neste documento.

§ 2º - A Comissão Verificadora de que trata este artigo compõe-se de três (3) servidores, atuantes na Assessoria Técnica do Conselho Municipal de Educação e/ou Supervisão Educacional Municipal.

§ 3º - Transcorridos 80 (oitenta) dias da data da autuação do processo e inexistindo laudo conclusivo, o órgão próprio do Sistema Municipal de Ensino se obriga a encaminhar, de imediato o processo ao Conselho Municipal de Educação, com relatório circunstanciado sobre a inexistência do laudo, para exame e decisão quanto ao pedido de Autorização de Funcionamento.

§ 4º - Decorridos 120 (cento e vinte) dias da protocolização do pedido de autorização e não tendo o Poder Público se pronunciado conclusivamente quanto ao pedido de Autorização de Funcionamento ou de reexame em grau de recurso, o requerente pode dar início às atividades, ficando obrigado a cumprir todas as exigências formuladas ou a serem formuladas pelo Poder Público.

Art. 29 - O Ato de Autorização tem validade por tempo indeterminado e poderá ser suspenso ou revogado quando a supervisão constatar que a instituição não oferece um serviço de qualidade ou não cumpre a legislação pertinente, devendo tais irregularidades serem comunicadas, imediatamente, ao órgão próprio do sistema.

§ 1º - Recebida a comunicação de irregularidade, o órgão próprio do sistema designará uma Comissão Verificadora Especial para apresentar laudo conclusivo, o qual

será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação para decisão, assegurada ampla defesa à instituição.

§ 2º - O Conselho Municipal de Educação comunicará ao Ministério Público, aos demais órgãos competentes para as providências cabíveis e de comunicação, para divulgação/publicação, os casos de revogação de funcionamento, de cessação compulsória, assim como os casos de omissão no atendimento à legislação vigente.

Art. 30 - Uma vez emitido o Ato de Autorização do Funcionamento, compete ao Poder Público, por meio de ação regular de inspeção/supervisão, verificar o cumprimento do Regimento e da Proposta Pedagógica.

### SEÇÃO III DA CESSAÇÃO DE ATIVIDADES

Art. 31 - A cessação de atividades escolares de instituições de ensino que ofertam a Educação Infantil, é o ato pelo qual o estabelecimento deixa de integrar o respectivo Sistema de Ensino e poderá ocorrer:

I - por decisão da entidade mantenedora (cessação voluntária);

II - por determinação da autoridade competente do Sistema de Ensino, mediante ato expresso (cessação compulsória).

§ 1º - Quando a cessação enquadrar-se no inciso I, inicialmente caberá à instituição comunicar o fato, por escrito aos pais ou responsáveis para que se possam assegurar condições de continuidade aos alunos, em instituição congênera.

§ 2º - A cessação de atividades, em ambas as formas previstas neste artigo, poderá ser:

I- temporária;

II- definitiva;

III- parcial;

IV- total.

Art. 32 - Para efetivação da cessação voluntária de suas atividades, a mantenedora apresentará expediente específico ao responsável pelo órgão próprio do sistema, contendo exposição de motivos e o plano de sua execução, tendo em vista a expedição do ato próprio da autoridade competente.

§ 1º - A exposição de motivos e o plano a que se refere o presente artigo deverão dar entrada no órgão próprio do sistema no prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes da pretendida cessação.

§ 2º - Salvo motivo de força maior, somente será autorizada a cessação das atividades após a conclusão do ano letivo.

§ 3º - O descumprimento do disposto no artigo implicará no indeferimento de pedidos de autorização de funcionamento para novos estabelecimentos da mesma entidade mantenedora.

Art. 33 - É da competência do responsável pelo órgão próprio do Sistema orientar, no que for necessário, as instituições de Educação Infantil no processo de cessação das atividades.

Art. 34 - A cessação compulsória das atividades da instituição de Educação Infantil em qualquer das formas citadas no § 2º do artigo 31, ocorrerá quando, esgotados os recursos ao alcance da administração da entidade, persistam as irregularidades apuradas.

#### SEÇÃO IV DAS IRREGULARIDADES

Art. 35 - A apuração das irregularidades das instituições de Educação Infantil que forem apontadas pela verificação ou por outras vias, será efetuada por Comissão de Sindicância designada pelo órgão próprio do sistema.

Art. 36 - Caberá, à Comissão designada, apresentar relatório circunstanciado sobre a situação encontrada e propor ao responsável pelo órgão próprio do sistema, se for o caso, a abertura do competente inquérito administrativo, respeitadas as normas estabelecidas e assegurada em qualquer hipótese, ampla defesa dos acusados.

Art. 37 - Confirmada as irregularidades em processo, e respeitado o direito de ampla defesa, serão impostas aos responsáveis ou à instituição, de acordo com a natureza da infração, as seguintes sanções:

I- à instituição de Educação Infantil:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) cessação compulsória temporária das atividades;
- d) cessação compulsória definitiva das atividades, mediante cassação da autorização de funcionamento;

II- aos responsáveis:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) destituição da função de.

Parágrafo Único - Se a irregularidade for capitulada na legislação penal, o órgão próprio solicitará, independentemente da aplicação das penalidades previstas neste artigo e na legislação específica, a instauração do competente processo inicial.

Art. 38 - A verificação de condições das instituições de Educação Infantil, indispensáveis para criação, autorização de funcionamento e cessação de atividades escolares, é atribuição do órgão próprio do sistema.

#### CAPÍTULO VII DA VERIFICAÇÃO

Art. 39 - A verificação tem por objetivo averiguar, mediante processo formal, a existência de condições indispensáveis ao funcionamento e à cessação de atividades das instituições de Educação Infantil, devendo seu relatório constituir-se em peça integrante do processo.

Parágrafo Único – São formas de verificação:

- I- Verificação Prévia, mediante a qual se averigua a satisfação das condições mínimas para o funcionamento do estabelecimento criado no Sistema de Ensino, com vistas a sua Autorização de Funcionamento;
- II- Verificação Especial realizada para apurar denúncias e / ou ocorrências danosas contra a Educação, nos casos de cessação das atividades escolares ou por determinação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 40 - Em qualquer de suas formas, a Verificação é realizada por comissão designada mediante ato do órgão competente do sistema.

#### CAPÍTULO VIII DA SUPERVISÃO

Art. 41 - A supervisão, que compreende o acompanhamento do processo de autorização e a avaliação sistemática do funcionamento das instituições de Educação Infantil, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a quem cabe garantir o cumprimento das Leis de Ensino e das decisões do Conselho Municipal de Educação, atendendo o disposto nesta Deliberação.

Art. 42 - Compete à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, definir e implementar procedimentos de supervisão, avaliação e controle das Instituições de Educação Infantil, na perspectiva de aprimoramento da qualidade do processo educacional.

Art. 43 - À supervisão compete acompanhar e avaliar:

- I. o cumprimento da legislação educacional;
- II. a execução da proposta pedagógica;
- III. condições de matrícula e permanência das crianças em creche, pré-escola ou centro de educação infantil;
- IV. o processo de melhoria da qualidade dos serviços prestados, considerando o previsto na proposta pedagógica da instituição de educação infantil e o disposto na regulamentação vigente;
- V. a qualidade dos espaços físicos, instalações e equipamentos e a adequação às suas finalidades;
- VI. a regularidade dos registros de documentação e arquivo;
- VII. a oferta e execução de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação nas instituições de educação infantil mantidas pelo poder público;
- VIII. a articulação da instituição de educação infantil com a família e a comunidade.

Art. 44 - À supervisão cabe também apurar denúncias sobre instituições abrangidas por esta Deliberação e propor ao órgão próprio do sistema o cessar efeitos dos atos de autorização da entidade educacional, quando comprovadas irregularidades que comprometam o seu funcionamento.

**CAPÍTULO IX**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 45 - As instituições de Educação Infantil em funcionamento na data da publicação desta Deliberação, deverão integrar-se às novas normas, sob pena de em não o fazendo, sofrer o expresso no § 2º do Artigo 29.

§ 1º - A integração será acompanhada e verificada pela Assessoria Técnica / Supervisão, exercida pelo órgão próprio do Sistema de Ensino, em benefício da manutenção da qualidade do atendimento.

§ 2º - Excepcionalmente poderá ser concedido pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos, Ato Temporário de Autorização, às instituições de Educação Infantil, já em funcionamento, que não atendam o expresso no inciso I do artigo 11 desta Deliberação.

§ 3º Esta Deliberação pode ser também aplicada aos processos em tramitação no Conselho Municipal de Educação.

Art. 46 - Esta Deliberação, aprovada segundo o Artigo 42 do Regimento Interno deste Colegiado, entra em vigor na data de sua aprovação em Plenário.

<b>Câmara de Planejamento, Legislação e Normas</b>	<b>Câmara de Educação Básica</b>
Mariza de Paula Assis (Presidente)	Antônio Caetano dos Santos (Presidente)
João Batista de Miranda	Corina Almeida Maia de Laffite
Marlene Salgado Oliveira	Eugênia Maria Lopes da Piedade
Rosa Claudia Maria dos Santos	Leandro Romeu Bittet
	Marlene Felício Faria
	Rosane Soares Calvert
	Selma

**Secretária Geral**

Wanda Maria das Graças Oliveira  
**CONCLUSÃO DO PLENÁRIO**

Esta Deliberação foi aprovada pelos Conselheiros presentes.  
SALA DAS SESSÕES, São Gonçalo, 28 de agosto de 2003.

VERA MARIA DE DEUS GARCIA PINHEIRO  
Presidente

ANEXOS À DELIBERAÇÃO C.M.E. N.º003/2003

**ANEXO I - A (Escolas que ainda irão implantar o Curso)**

Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura

\_\_\_\_\_(1), portador da cédula de identidade n.º \_\_\_\_\_, emitida pelo \_\_\_\_\_ na condição de \_\_\_\_\_(2) da pessoa \_\_\_\_\_(3) denominada \_\_\_\_\_(4), inscrita no C.G.C. sob o n.º \_\_\_\_\_ mantenedora de ensino privado de Educação Básica, denominada de fantasia \_\_\_\_\_(5), localizada no (a) \_\_\_\_\_(6) requer, na forma da Deliberação n.º 003/03, do Conselho Municipal de Educação de São Gonçalo, autorização de funcionamento para o Curso de Educação Infantil (\_\_\_\_7) horário \_\_\_\_8), para atender a crianças na faixa etária a partir de \_\_ anos, com data prevista de início das atividades para \_\_/\_\_/\_\_\_\_ Declara aqui o conhecimento da legislação de educação e ensino e a obrigação de cumpri-la, sob as penas da lei.

Nestes Termos

Pede Deferimento

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_(9)

**Legenda:**

- 1- nome completo do requerente, sem abreviação;
- 2- titular, no caso de pessoa física mantenedora, ou Representante Legal, se pessoa;
- 3- escrever "física" ou "jurídica", conforme o caso;
- 4- nome completo da razão social do mantenedor;
- 5- nome (s) de fantasia afeto à (s) etapa (s) pretendida (s);
- 6- endereço completo (logradouro, número, bairro e município);
- 7- escrever uma ou as seguintes opções:
  - Creche e/ou
  - Pré-escola;
  - parcial e/ou integral;
- 8- assinatúra do requerente, igual à cédula de identidade.

**ANEXO II  
DESIGNAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA**

Função	Nome	(1) Registro	(2) Validade	(3) Org. Exp.	(4) C H	(5) CPF
Diretor						
Secretário						
Coordenador						

São Gonçalo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal

**Observação para preenchimento:**

1. Nome completo;
2. Na coluna "registro / autorização ou diploma", colocar apenas o número, seguido de / e ano de expedição: EX: 9347821/94;
3. Na coluna "validade", escrever a data de expedição, caso haja validade determinada, ou escrever "indeterminada" ou "IND", se for o caso;
4. Na última coluna, usar sigla: EX: DMEC/RJ, ou "MEC", ou "SEE/RJ", etc...
5. Carga horária semanal da função;
6. Número do CPF/CIC.

**ANEXO III (Creches em horário integral e as com atendimento de 0 a 2 anos)  
INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICO-PROFISSIONAL**

Função	Nome	(1)	(2)	(3)	(4)
Pediatra					
Nutricionista					
Assistente Social					
Assistente de Creche					

São Gonçalo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal

**LEGENDA:**

- (1) Número do registro / autorização, seguido de / e o ano de expedição, com 2 algarismos;
- (2) Data de expiração, caso, haja, ou IND, se de validade indeterminada;
- (3) Sigla do órgão expedidor;
- (4) Número do CPF / CIC.

**ANEXO IV  
EQUIPE DOCENTE**

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

São Gonçalo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**LEGENDA:**

- (1) Nome completo do docente;
- (2) Período ou classes em que atua;
- (3) Número do Registro ou da autorização para lecionar ou do diploma;
- (4) Número da Identidade e do órgão expedidor;
- (5) Número do CPF/CIC.

**ANEXO V  
EQUIPE DE APOIO ADMINISTRATIVO**

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

São Gonçalo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**LEGENDA:**

- (1) Nome completo;
- (2) Função;
- (3) Grau de escolaridade;
- (4) Carga horária semanal na função;
- (5) Número do CPF/CIC.

ESTABELECIMENTO

ANEXO VI

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO \_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL \_\_\_\_\_

DECLARO que os elementos abaixo constam do sistema de escrituração escolar e do arquivo deste estabelecimento de ensino, visando a assegurar a verificação da identidade de cada aluno e da regularidade e autenticidade da sua vida escolar:

- a) Cópia da certidão de nascimento;
- b) Cópia do cartão de vacinação;
- c) Livro ou ficha de matrícula com data de entrada, nome da criança, data de nascimento, nome da mãe / profissão / endereço / telefone / nome do pai / profissão / endereço / telefone / responsável pela criança / nome / endereço / telefone / relação de parentesco / assinatura do responsável;
- d) Entrevista com dados da criança;
- e) Ficha médica com nome do pediatra da criança;
- f) Formulário para relatório periódico das atividades da criança;
- g) Livro diário ou forma de anotação da frequência cotidiana dos alunos;

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

CME/SG

## ORIENTAÇÕES GERAIS

- ✓ **Escola que ainda virá a funcionar**  
A Mantenedora pela Escola deverá organizar o processo de autorização segundo a Deliberação C.M.E./SG nº 001/00 e dar entrada na Sala do Conselho Municipal de Educação (sala 24 do Centro Cultural Joaquim Lavoura).
- ✓ **Escolas que funcionam sem autorização**  
Montar o processo segundo a Deliberação C.M.E./SG nº 001/00, explicitando o início de funcionamento da Escola, e dar entrada na Sala do Conselho Municipal de Educação (sala 24 do Centro Cultural Joaquim Lavoura).
- ✓ **Escolas que possuem processo de autorização de Educação Infantil, tramitando na Secretaria de Educação do Estado**
  1. Preencher a ficha-cadastro com os dados da Escola e do processo.
  2. Orientar para que aguardem contato da Comissão de Inspectores Escolares que está designada para verificar "in loco" as informações contidas no processo e as condições da Escola.
- ✓ **Escolas que pedirão autorização para Educação Infantil ao C.M.E. (creche e/ou Pré-escolar) e prosseguirão com Ensino Fundamental**  
Formar Processos:
  1. **Educação Infantil** - deverá organizar o processo de autorização segundo a Deliberação C.M.E./SG nº 001/00 e dar entrada na Sala do Conselho Municipal de Educação (sala 24 do Centro Cultural Joaquim Lavoura).
  2. **Ensino Fundamental e Ensino Médio** - processo pela Deliberação CEE nº 231/98,253/00, 263/01 e outras, dando entrada na Coordenadoria Metropolitana II (CIEP Vila Lage) - Telefone: 3703 2293  
3703 2294
- ✓ **Documentos obrigatórios nos Processos**
  - CGC / CNPJ - Receita Federal (em frente à Igreja de São Gonçalo)
  - Laudo da Vigilância Sanitária - Secretaria de Saúde
  - Endereço:
  - Laudo do Corpo de Bombeiros - Corpo de Bombeiros / SG
  - Setor de Engenharia
  - Endereço: Av. São Miguel nº 44 - Bairro Estrela do Norte
  - Contrato Social - Contador/ Advogado (Escritórios)
  - Contrato de Locação - Contador/ Advogado Imobiliária (Escritórios)
- ✓ **Outros**
  - Alvará - Prédio ao lado da Prefeitura (pátio)
  - Documentos necessários: Contrato Social registrado na JUCERJA ou Cartório
  - CNPJ
  - Contrato de Locação ou Título de Propriedade
  - Último recibo de IPTU pago
  - Laudo de Aprovação do Corpo de Bombeiros
  - Boletim de Ocupação da Saúde Pública
  - Carteira de Identidade ou CPF dos Sócios
  - Ficha modelo 001F (Papellaria São Gonçalo)
  - Outros: Apresentar os dados do Contador, caso o tenha.

**ANEXO 7: OS TERMOS DE VISITA DA CRECHE ESCOLA.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 ATO DE CRIAÇÃO - LEI 042 DE 07/12/98  
 Av. Pres. Kennedy n.º 721 - Estrela do Norte  
 Tel. (021) 3705-3884 / 2199-6529

Terço de visita

Compareci ao Propto. Orior e fui recebida e atendida  
 na sala da professora Tatiana Loureiro, responsável  
 pelo Ensino. Visitamos as instalações e examinamos  
 algumas crianças, acompanhados dos professores  
 presentes e que nos informaram o quantitativo de  
 de crianças matriculadas na instituição: 12  
 crianças na classe de alfabetização, e na Educação  
 Infantil 59. A creche tem espaço físico bom e  
 que precisa ser adequada em áreas com os  
 liberais 003/03 e 006/06. Informo que  
 a instituição ainda não possui um projeto de  
 atividades junto ao Conselho Municipal. Nada  
 mais a informar, menos o presente. De pronto,  
 17 de maio de 2008. *João Batista da Moura*  
 Em função: Condição com o representante  
 legal para ser o responsável. *João Batista da Moura*  
 Assinatura: *João Batista da Moura*

012001-10-0100  
 Secretaria Municipal de Educação  
 2008/05/17



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ATO DE CRIAÇÃO - LEI 042 DE 07/12/98  
Av. Pres. Kennedy nº 721 sala 14 - Estrela do Norte  
Tel. 3705-3884 / 2199-6529  
[www.cmesg@click21.com.br](mailto:www.cmesg@click21.com.br)

TERMO DE VISITA

Aos quatro dias, do mês de maio, de dois mil e nove, comparecemos à U.E. Projeto Social Cuiar - Instituto Cuiar, Processo CHE. nº 050/09, situado na Rua Antenorina Serrão, 330, Bairro Antenorina - SG. e fomos atendidas pelos Diretores e responsáveis João Carlos Motta de Castro e Elisa C. Silva Motta.

Visitamos as dependências da Creche e observamos: a) possui dois pavimentos, sendo o 2º andar com salas de aula e rampa de acesso sem cobertura; b) necessidade de mobiliários adequados à Ed. Infantil; c) banheiros com sanitários (vases e pia) devendo estar de acordo 003/03 e colocação de portas individuais; d) faltam brinquedos recreativos para área livre, que deverá possuir espaço verde; e) área livre coberta, espaço inexistente, devendo reaproveitar uma das salas sem uso; f) solicitamos do representante legal, um posicionamento com relação ao atendimento ou não, de crianças de 0 a 2 anos, conforme prevê a Del. 003/03.

Recebemos cópias de Termo de Licença de Funcionamento Sanitário dos anos 2008 e 2009.

Encerramos o presente termo. 04 de maio de 2009. Jeanete J. de Silva / ~~funcionária~~ / ~~Secretaria Municipal de Educação~~ / ~~Assessoria Jurídica~~ / ~~Assessoria Jurídica~~  
ciente: Elisa Castro da Silva Motta



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
 SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE COLETIVA  
 DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE DE ZOOSE

processo: 301/09

5903

TERMO DE INTIMAÇÃO

São Gonçalo, 01 de julho de 2009

De conformidade com o artigo 12º Parágrafo único do Regulamento baixado com o Decreto Lei 214 de 17 de julho de 1975

fica por este instrumento intimado o PROJETO SOCIAL CRIAR (INSTITUTO CRIAR) sito na RUA ANTONINA SERRÃO

nº 330 bairro ANTONINA. CNPJ inscrição nº 08843913000181 e na falta do cumprimento desta

intimação, sujeito às penas da lei, a cumprir no prazo de 60 (SESSENTA) dias as

exigências a seguir relacionadas: COZINHA: Reparo nas paredes e tetos com infiltração uniforme completo para as atendentes da cozinha, retirada do botijão para a área externa, adequação da porta, selagem milimétrica da janela, substituição do utensílios de madeira, substituição da batedeira de vedação da geladeira, colocação de exaustor. BANHEIROS (3) saboneteira p/ sabonete líquido lixeira e pedal, papelaria abastecida; substituição dos ralos escamoteáveis. GERM: colocação de calha proteção para as lâmpadas, proteção para fiação exposta, protetor para tomadas e para constar lavrei o presente termo, cuja 2ª via dou ao intimado para que fique convidado a apresentar por escrito, dentro de 60 (SESSENTA) dias.

no Protocolo do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses, sito à RUA DR. FRANCISCO PORTELA, nº 2421 - PARADALDO solicitação, se necessário, de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências acima.

substituição da caixa d'água de amianto. São Gonçalo, 01 de julho de 2009

- limpeza da caixa d'água e desinsetização e desratização por firma reconhecida junto a FEEMA.

Assinatura e carimbo do funcionário

CRBio 2873 BIÓLOGA  
 Met 101550 - PMSG

Recebi a 3.ª Via do presente Termo

Elsã Castro da Silva Neto



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E  
TURISMO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ATO DE CRIAÇÃO - LEI 042 DE 07/12/98  
Av. Pres. Kennedy nº 721 - sala 14 - Estrela do Norte - Cep: 24445-000  
Telefax.: 3705-3884 / Tel.: 2199-6529  
E-mail: cmesg@click21.com.br

TERMO DE VISITA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de ano de dois mil e nove visitamos a Instituição Projeto Social Criança Instituto Criança, sendo recebidos pelo representante legal Sr. João Carlos. Demos as seguintes orientações: 1) Desenvolva as cópias do certificado de Conclusão do Ensino Médio e identifique e CPF da Sra. Elizabeth Gregório de Souza, que se encontra no corpo do processo; 2) Refazer o quadro Anexo III - Equipe Técnica Profissional; 3) Refazer o quadro Anexo II - Equipe Docente; 4) Corrigir o quadro de Capacidade Física; 5) Corrigir o Termo Aditivo e Revise a Proposta Proj, de Pedagógica; 6) Verifique as dependências físicas do prédio e constatamos: a) a instituição possui dois pavimentos, sendo que o andar superior está desativado; b) na área descoberta possui alguns brinquedos, plantas e paisarros; c) falta área coberta para recreação; d) a cozinha está em obra, funcionando provisoriamente na sala nº 1; e) existem três banheiros sendo que o masculino com dois sanitários e 2 com 1 sanitário infantil; f) há mobiliário adequado nas salas de aula; g) há necessidade de um local apropriado para o refeitório com mobiliário próprio; h) falta colocação de patão para fechar o acesso a escada para o 2º pavimento; além mais a tratar lavamos o presente termo datando e assinando em São Gonçalo, 24 de agosto de 2009.

Assinatura: *[Assinatura]*  
João Batista de Oliveira



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ATO DE CRIAÇÃO - LEI 042 DE 07/12/98  
Av. Pres. Kennedy nº 721 sala 14 - Estrela do Norte  
Tel. 3705-3884 / 2199-6529  
[www.cmesg@click21.com.br](http://www.cmesg@click21.com.br)

①

#### TERMO DE VISITA

Do primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e nove visitamos a Creche Projeto Social Criança Instituto Criança para acompanhamento do processo nº 050/09. fomos recebidas por Elisca Castro da Silva Mota, onde ressaltamos que não foram atendidas até a presente data nenhuma das solicitações documentais citadas no termo de visita do dia 24 de agosto do corrente ano por esta Comissão Verificadora. De acordo com os artigos 14, § 2º, 15 e 28, § 1º da Deliberação 003/03 a Comissão Verificadora explicita o prazo de 30 dias corridos, para as adequações de normas a seguir: A- Parte Física: ① Banheiros com instalações sanitárias completas com piaas, cabines sanitárias individuais infantis e diureiros em quantidades suficientes, que atendam ao quantitativo de crianças; ② concluir a obra da cozinha, apresentando espaço destinado a despensa e a colocação do botijão de gás em área externa reservada para este fim, conforme o art. 15, IV, b, d; ③ melhorar a iluminação

JJS

Elisca Castro da S. Mota



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ATO DE CRIAÇÃO - LEI 042 DE 07/12/98  
Av. Pres. Kennedy nº 721 sala 14 - Estrela do Norte  
Tel. 3705-3884 / 2199-6529  
www.cmesg@click21.com.br

#### TERMO DE VISITA

a iluminação artificial e ventilação das salas de aula; 3) Criação do refeitório com mobiliário adequado, conforme o art. 15, II, a) da Deliberação 003103; 4) Indar com portão o acesso ao 2º pavimento da Instituição, que não está sendo utilizado; 5) - Falta a apresentação do Termo de Ajustamento do Regimento da Instituição e a correção da Proposta Pedagógica; 2) Apresentação do laudo de aprovação do Corpo de Bombeiros; 3) Apresentação do Alvará Definitivo com o anexo correspondente ao da Instituição; 4) Deve ser respeitado o artigo 21 da Deliberação 006106; 5) Mediante o artigo 27 da Deliberação 003103 a Instituição deverá apresentar as correções solicitadas no termo de visita do dia 24 de agosto de corrente ano. O representante legal passa a tomar ciência do exposto e a Comissão Verificadora retornará no prazo de 30 dias corridos, a contar desta visita, para verificar o total cumprimento das exigências apresentadas e a conclusão do processo para a obtenção ou não do parecer favorável.

São Gonçalo, 01 de setembro de 2007.

Cinto: Oba Castro da S. Mota

Jurama B. Mendes  
Janete J. da Silva

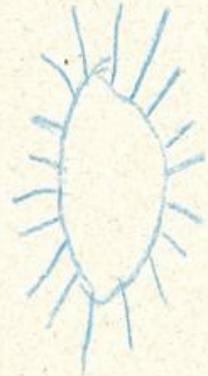
**ANEXO 8: OS DESENHOS DAS CRIANÇAS SOBRE O BAIRRO E A ESCOLA.**

Laryssa  
09/07/09.

LARYSSA

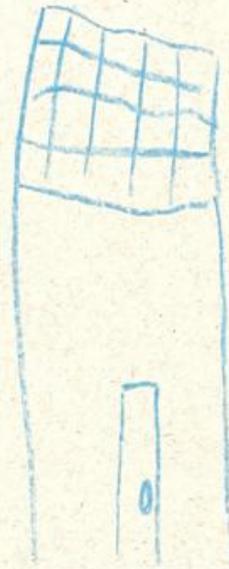
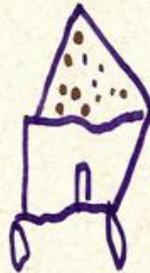
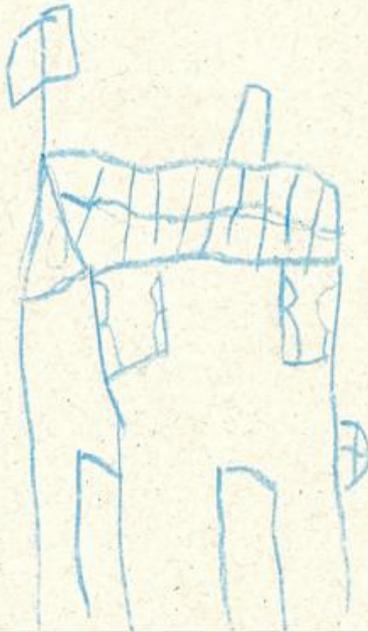


Wesley  
09/07/09



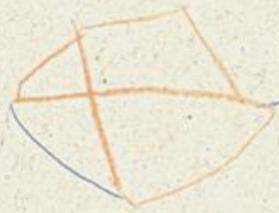
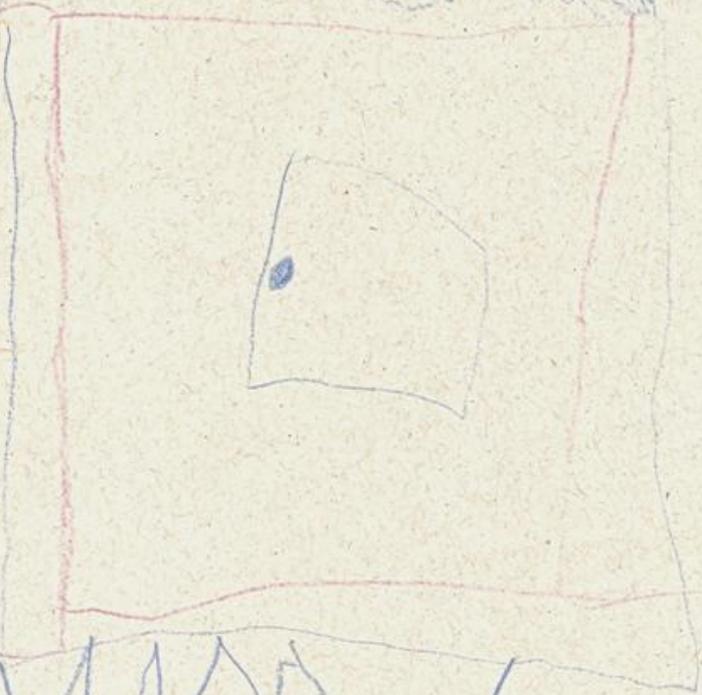
WESLEY

WESLEY

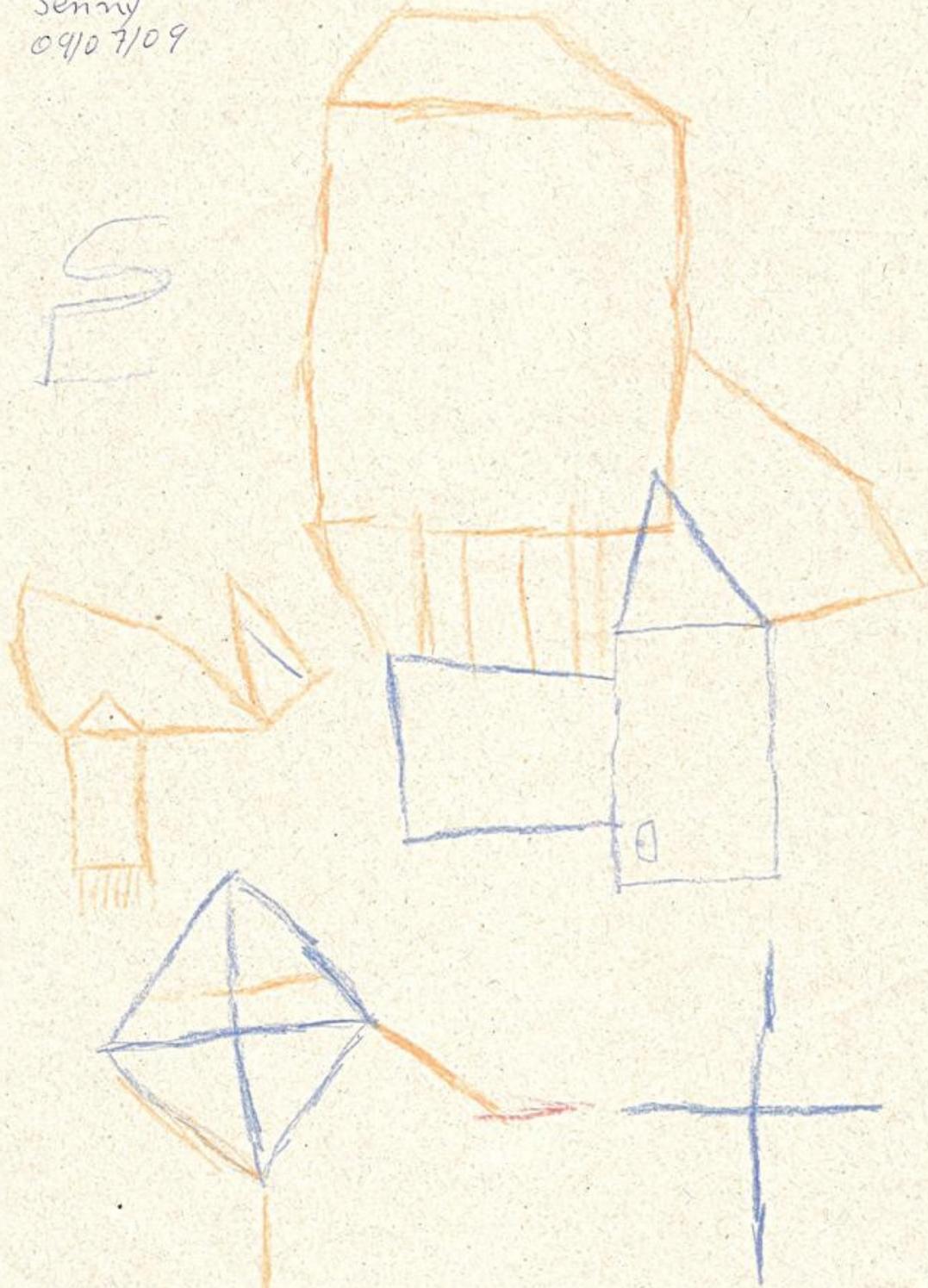


Kay Lane  
09/07/09

K A E  
X K U



Senny  
09/07/09

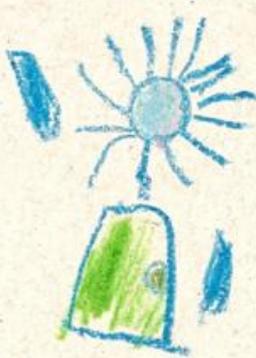
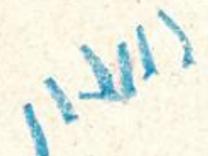


Geizstane

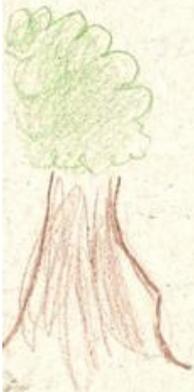


Ana Beatriz  
09/07/09

no 10



Stephany



Lucas  
09/07/09.



Vorne Stange

1800  
09101109



Loamelly  
09/07/09



Buene  
09/07/09

